

A construção da Conferência Nacional de Educação

TRABALHADORES E ENTIDADES DE EDUCAÇÃO SE
PREPARAM PARA DEBATER E FORMULAR PROPOSTAS

PALAVRA DE MULHER

MINISTRA NILCÉA FREIRE
FALA SOBRE O PAPEL
DA EDUCAÇÃO NO
ENFRENTAMENTO DAS
QUESTÕES DE GÊNERO

CRISE EM DEBATE

LIDERANÇAS DAS CONTEE
E CNTE ANALISAM OS
DESAFIOS DO MUNDO DO
TRABALHO E DO SETOR
EDUCACIONAL

LIVRE EXPRESSÃO

MOVIMENTOS
SOCIAIS UNIDOS
NA LUTA PELA
DEMOCRATIZAÇÃO
DA MÍDIA



- 3** EDITORIAL
Grandes Batalhas
estão por vir
- 4** MESA REDONDA
Momento
de Resistir
- 9** EDUCACIONAL
UAB quer ser exemplo
de qualidade
- 14** SINDICAL
Uma conquista que
precisa avançar

- 18** CURTAS das Filiadas
- 22** CAPA
Uma oportunidade e
um grande desafio
- 29** COMUNICAÇÃO
Abaixo a ditadura
(da mídia)
- 32** CURTAS da CONTEE

- 38** ENTREVISTA: Nilcéa Freire
Ministra da SPM
- 42** NACIONAL
Nem tudo é culpa
da crise
- 46** EM ALTA E
EM BAIXA
- 48** LIÇÃO DE CASA
Para afinar o
instrumento

Diretoria Executiva

Coordenação Geral: **Madalena Guasco Peixoto**
 Coordenação Regional Sul: **Amarildo Pedro Cenci**
 Coordenação Regional Sudeste: **Paulo Roberto Yamaçake**
 Coordenação Regional Centro-Oeste: **Francílio Pinto Paes Leme**
 Coordenação Regional Norte: **José Carlos Padilha Arêas**
 Coordenação Regional Nordeste: **Cristina Kavalkievicz**
 Secretária Geral: **Cristina de Castro**
 Secretária de Assuntos Educacionais: **José Thadeu R. de Almeida**
 Secretária de Assuntos Jurídicos: **Edson de Paula Lima**
 Secretária de Comunicação Social: **Maria Clotilde Lemos Petta**
 Secretária de Finanças: **José Roberto Torres Machado**
 Secretária de Formação e Políticas Sociais: **Flávio Bitarello**
 Secretária de Organização e Políticas Sindicais: **Fábio Eduardo Zambon**
 Secretária de Questões de Gênero e Etnia: **Rita Fraga Zambon**

A reprodução dos textos é autorizada. Agradecemos a citação da fonte.
 Os textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Errata: Pág.19/ Ed.Nº1 (Agosto/2008): foto não é da direção do Sinpro Rio.

Revista da Contee

A revista CONTEÚDO é uma publicação da CONTEE,
 sob coordenação da Secretaria de Comunicação Social.

conteudo@contee.org.br

Editora e jornalista responsável - **Daniele Moraes** - MTb 50607/SP

Projeto gráfico e diagramação - **Circus Serviços Gráficos**

Direção de Arte - **Vandré Fernandes**

Ilustração - **Daniel Lopes**

Colaboração - **Renata Mielli, Ariadne de Moraes Cappeloto e Priscila Lobregatte**

Tiragem - **3 mil exemplares**

Impressão - **Forma Certa**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM
 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

SRTVS – Quadra 701 – Bloco 2 – Sala 436

Ed. Assis Chateaubriand – CEP 70340-906 – Brasília/DF

Telefones: (61) 3226 1278/ 3223 2194

E-mail: contee@contee.org.br - www.contee.org.br

Grandes batalhas. *estão por vir*

Muito tem se falado sobre os reflexos da crise financeira mundial no desenvolvimento do País, nas políticas sociais e na vida dos trabalhadores. O movimento sindical espera enfrentar um período de grandes batalhas no campo político e na luta de ideias. Uma vez que o patronato não desperdiçará a oportunidade de obter vantagens, enfraquecer a representação dos trabalhadores e aumentar seus lucros. Atuarão ideologicamente no seio dos trabalhadores para convencê-los de que a luta contra a crise passa pela flexibilização do trabalho e pela perda de direitos, a fim de defender o Capital. Portanto, mais do que nunca, é preciso que estejamos preparados para os desafios que estão por vir.

Foi para tratar deste e de outros temas que realizamos, especialmente para esta edição da Revista CONTEÚDO, um debate com a direção das duas maiores Confederações de trabalhadores da educação do País: a CONTEE e a CNTE. Eu e o companheiro Roberto Leão abordamos as perspectivas da luta sindical e os possíveis desdobramentos da crise no mundo do trabalho e da educação.

Em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, a Revista destaca aspectos relevantes sobre as questões de gênero em uma entrevista qualificada com a Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire. Além de trazer uma reportagem sobre a ampliação da licença maternidade para seis meses – um direito que precisa ser garantido a todas as trabalhadoras do Brasil.

A atuação das entidades na luta pela democratização da mídia é outro tema interessante que você pode conferir nas próximas páginas. Vamos relembra também as atividades promovidas pela CONTEE e conhecer algumas iniciativas desenvolvidas por nossas entidades filiadas no último período.

Na matéria de capa você encontra informações sobre a nossa participação nas etapas preparatórias para a Conferência Nacional da Educação, a ser realizada em abril de 2010. O texto trata dos principais aspectos em debate e ressalta a importância da contribuição de nossa categoria para a construção de um inédito e desafiador Sistema Nacional de Educação.

Boa leitura!

Madalena Guasco Peixoto
Coordenadora geral da CONTEE

Sharon Eve Smith



Momento de resistir

Fotos: Maira Soares



*Madalena
Guasco
Peixoto*
CONTEE

A CONTEÚDO conversou com os dirigentes das principais entidades sindicais de educação do País sobre os reflexos da crise financeira mundial no mundo do trabalho e no setor educacional brasileiro. A Coordenadora geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino – CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, e o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Roberto Leão, falaram sobre a pressão pela flexibilização de direitos e as principais lutas das entidades em 2009.

Qual a análise que vocês fazem sobre a crise financeira mundial e seus reflexos no Brasil?

Madalena Guasco Peixoto – A crise desmascarou subjetivamente o projeto neoliberal. Entretanto, existem análises que acham que o capitalismo se enfraqueceu ou encontra-se na defensiva e que vamos voltar a um Estado de Bem Estar Social. Em minha opinião, isso está equivocado. Na verdade, a crise vai servir para uma retomada da ofensiva do Capital. E, como em todos os outros momentos, quem vai sofrer é o trabalhador. Por isso, estamos esperando muitas dificuldades e muitos ataques aos direitos trabalhistas.

Diante do desemprego e da dificuldade, o trabalhador vai achar que para manter o emprego tem que abrir mão de direitos e vai pressionar os sindicatos. Isso já está acontecendo. Só que é uma falsa visão, porque na verdade a flexibilização de



*Roberto
Leão*
CNTE

O ano de 2009 promete grandes enfrentamentos para os movimentos sociais e sindicais. A crise financeira mundial provoca incertezas e muita insegurança nos trabalhadores. Mais do que nunca, a combatividade e a resistência das entidades serão instrumentos fundamentais para as lutas que se anunciam.

direitos só vai aumentar a exploração para ampliar os lucros e não vai garantir emprego para ninguém. O que vai garantir o emprego é a mobilização dos trabalhadores para que as suas organizações impeçam que a crise caia em seus ombros.

Roberto Leão – Precisamos ter clareza de que toda a vez que o Capital entra em crise é na verdade uma grande oportunidade para ele se reorganizar. É mais um momento em que aproveita uma oportunidade para atacar direitos e usar o Estado a seu favor. Sempre quem perde é o trabalhador, porque se a empresa manda quinhentos funcionários embora, quando a crise passa não contrata os quinhentos de volta. Contrata metade, um terço, porque ela já se reestruturou de manei-

ra a não necessitar mais daquele pessoal. Mesmo quando a crise for embora, haverá sem dúvida um número de desempregados que não serão recontratados, até porque os seus empregos serão extintos. Por isso, é evidente que os trabalhadores estão pressionados e eles vão pressionar de todas as maneiras para manter o emprego.

É verdade que existe uma crise, que o capital estrangeiro usou e abusou da exploração. Mas no caso brasileiro, embora a crise exista e já esteja nos atingindo, tem também uma parcela de oportunismo dos empresários. É preciso muita determinação, porque só se fala em retirar direitos.

Os sindicatos vão enfrentar o desespero do trabalhador e terão que se desdobrar para fazer um trabalho que possa conscientizá-los. Terão que ser muito firmes na defesa dos direitos, mas sabendo que é uma discussão muito difícil de ser feita. Até porque os patrões não vão perder a possibilidade de tentar enfraquecer a organização dos trabalhadores e reorganizar as relações de trabalho favoravelmente a eles.

Quais as consequências da crise para os setores educacionais público e privado?

Madalena – Não existe diferença em relação aos desafios da educação entre o setor público e privado. A plataforma é garantir que os investimentos em educação não diminuam, pelo contrário, se ampliem. Pois nesse momento o Estado pode tirar dinheiro de direitos para socorrer o



Capital e temos que garantir que isso não aconteça. É preciso manter a expansão da educação pública. A CONTEE defende a expansão do ensino público federal, como uma maneira para evitar a expansão da educação privada, que continua obtendo lucros fabulosos no ensino superior.

Além disso, o setor educacional privado dispõe de um ensino superior que cresceu de um jeito absolutamente desregulado e já vem vivendo uma reestruturação muito anterior a crise. E esse setor agora vai utilizar a crise a seu favor. Tudo o que, na verdade, aconteceu por má administração, ganância, falta de visão de educação como um direito, os empresários dirão que foi por causa da crise.

Para enfrentar isso, o movimento sindical não pode cair no corporativismo. Ele vai ser pressionado, mas tem que se fazer valer das suas organizações nacionais e fazer com que a grande política seja a da resistência. É um momento de grande debate político no movimento sindical. Vamos ter que mostrar para o trabalhador que se ele quiser garantir o emprego vai ter que lutar

“É um momento de grande debate político no movimento sindical.

Vamos ter que mostrar para o trabalhador que se ele quiser garantir o emprego vai ter que lutar contra os argumentos do Capital.”

Madalena Guasco Peixoto

contra os argumentos do Capital. E isso ele só consegue se fortalecer os seus instrumentos de luta e estiver organizado em um sindicato combativo. Portanto, a unidade das centrais em torno da defesa do trabalho e das Confederações em defesa da educação são muito importantes.

Nós estamos estudando também sobre qual vai ser o reflexo da crise na questão da entrada do capital internacional na educação. Ainda não dá para ter uma posição muito clara. Pelo que a gente acompanha, os grandes conglomerados continuam fazendo negócios na Bolsa de Valores. Portanto, aferindo lucro. Vamos continuar de olho no comportamento do setor.

Leão – Na questão da educação pública nós vamos ter muito enfrentamento. Já tivemos um enorme quando não havia essa tal crise na questão do Piso Nacional do Ma-



gistério, porque houve um movimento no sentido de que ele deixasse de existir. Além disso, estamos discutindo diretrizes nacionais e planos de carreira. A Nação tem que ter diretrizes que orientem a forma de contratação do trabalhador de uma área tremendamente sensível como é a educação. Hoje o que vigora é uma visão de serviço público em que o trabalhador não tem que ter carreira, tem que ter produtividade e ser premiado por isso, como se fosse possível.

Temos ainda esse ano a luta para manter o orçamento da educação, da saúde, das políticas sociais sem cortes. Pois nosso País não pode pensar em fazer política de educação gastando só 4% do PIB (Produto Interno Bruto). Isso tem que aumentar. Então, além de lutar para não reduzir, temos que lutar para aumentar.

Estamos também discutindo a situação de

todos os funcionários de escolas, porque fazemos questão de que eles sejam reconhecidos como profissionais de educação. Teremos um trabalho bastante duro esse ano. E estamos preparados, inclusive, para se houver necessidade buscarmos construir uma greve nacional dos trabalhadores da educação.

Em 2009, acontecerem as etapas preparatórias para a Conferência Nacional de Educação, convocada para abril de 2010 pelo MEC. Quais são as expectativas para a atividade?

Leão – Eu não tenho dúvidas de que conseguiremos aprovar boa parte das nossas propostas na Conferência, inclusive a construção de um Sistema Nacional de Educação. Afinal, não podemos permitir que cada estado faça o que bem entende no que diz respeito à educação. É preciso que haja um fio condutor, que respeite as diversidades nacionais, mas que siga um Sistema Nacional. O problema da Conferência é que muitas decisões têm que ser ainda transformadas em lei. E quando elas forem para o

Congresso Nacional, que é tremendamente conservador, estará a nossa dificuldade.

Madalena – Acho que a realização da Conferência foi um grande avanço histórico, porque a sua principal reivindicação é muito antiga. É um momento de se refletir sobre os problemas do setor e fazer propostas. Da mesma forma que a CNTE, não vamos ter grandes dificuldades de aprovar as nossas reivindicações, porque todas partem de um pressuposto de que o Brasil precisa ter um Sistema Nacional articulado de Educação.

No nosso País a luta pela criação de um sistema nacional, que é o princípio básico da concepção republicana de educação, existe desde a década de 20 e até hoje nós não conseguimos avançar. Isso porque, se você não tiver um sistema nacional, que congregue dentro dele todos os entes federativos, a rede pública e privada, nenhum go-

“No caso brasileiro, embora a crise exista e já esteja nos atingindo, tem também uma parcela de oportunismo dos empresários. É preciso muita determinação, porque só se fala em retirar direitos.”

Roberto Leão



verno federal, por mais progressista que seja, será capaz de aplicar com eficiência nenhum plano nacional de educação. Nos últimos tempos houve um avanço e acho que se amadureceu a idéia da importância de um Sistema Nacional de Educação. Os gestores públicos e privados têm atuado e não têm se colocado publicamente contra.

Por isso, embora a Conferência não vá necessariamente se transformar em lei, vai dar uma noção clara de que os mais diversos setores, que atuam hoje no âmbito da educação, aceitam debater a questão do Sistema Nacional. Esse é o nosso ganho político. Agora, para isso virar lei, vamos ter que enfrentar o *lobby* dentro do Congresso Nacional, porque a Conferência tem por objetivo dar as diretrizes para a formulação de um novo plano nacional de educação.



Quais são as principais ações institucionais da CONTEE e da CNTE em 2009?

Madalena – Esse ano nós temos o Congresso da CONTEE, que vai ser um momento privilegiado de análise sobre a categoria, os rumos da Confederação e da educação como um todo. Nesse momento, iremos unificar uma política nacionalmente para a próxima gestão e levantar grandes bandeiras. Algumas já são tradicionais, como “Educação Não é Mercadoria”, “direito à educação”, “mais verbas para a educação”. Mas vamos criar bandeiras próprias para um momento de crise, buscando a reafirmação dos direitos, a unidade sindical para a luta, e a criação de grandes campanhas, entre outros.

Leão – Nós temos a grande bandeira da defesa da escola pública de qualidade, laica, para todos, que são lutas históricas. Mas vamos ter uma batalha esse ano que é a implementação do Piso. Eu não tenho dúvida de que vai ser uma batalha bastante dura, mas estamos preparados para enfrentar e vamos fazer valer essa lei na rua, na praça, no Congresso Nacional, na Justiça, aonde for necessário. Porque nós não concordamos que, depois dos debates e das negociações feitas com participação efetiva de entidades que representam secretários municipais e estaduais da educação, tenhamos tido um ataque tão infame como o que foi feito pelos Governadores do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul contra o pagamento do Piso Nacional para o Magistério de R\$ 950 para uma jornada de até quarenta horas. O nosso mote é “O piso é lei. Faça valer”. ●

UAB quer ser exemplo de qualidade

A recente expansão do ensino superior a distância em instituições públicas e privadas desperta polêmica, alguns preconceitos e muitas ressalvas. A Universidade Aberta do Brasil quer provar que é possível garantir a qualidade do ensino, democratizar o acesso à educação – levando a graduação ao interior País, e ainda privilegiar a formação inicial de professores para a Educação Básica.

A Universidade Aberta do Brasil (UAB) deu seus primeiros passos em 2005. Criada pelo Ministério da Educação, não é uma nova universidade pública, mas, sim, um Sistema de educação a distância, que articula as instituições de ensino já existentes com mais de seiscentos pólos de apoio presencial, vinculados a estados e municípios de todas as regiões do País. Ainda em fase de implementação e aprimoramento, a iniciativa tem despertado interesse e estimulado o debate sobre a necessidade, a importância e qualidade da EAD no Brasil.

Para se candidatar a participar do Programa é preciso cumprir algumas exigências. Os pólos presenciais necessitam de laboratórios de informática, biologia, química e física, além de biblioteca. Dentro dessa infra-estrutura, devem garantir a contratação de tutores, sempre à disposição dos alunos. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das universi-

dades públicas, que desenvolvem o material didático e pedagógico, realizam os processos de seleção e visitam os pólos para cumprir a carga de disciplinas presenciais exigidas pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

Segundo Celso José da Costa, diretor de Educação a Distância do MEC e coordenador da Universidade Aberta do Brasil, o Programa vai muito bem. Para ele, o que determina a qualidade de qualquer curso, presencial ou não, é seu projeto pedagógico e a forma de aplicação de todos os seus elementos, desde a composição de um bom corpo docente até a infra-estrutura adequada. E garante: “a tarefa da Universidade Aberta é dar exemplo para a sociedade e fazer uma educação a distância de qualidade no setor público”.

Entre as prioridades apontadas para UAB está a formação inicial e continuada de professores para a educação básica, especialmente nas cidades mais isoladas. Segundo o dirigente do MEC, faltam docentes em todo o País, principalmente, da área de ciências. “Sem contar o contingente expressivo de profissionais com nível superior que dão aulas, mas não têm formação em licenciatura. Há um desafio muito grande. Temos mensurado uma necessidade de formar cerca de trezentos mil professores”, calcula.



Celso José da Costa, diretor de EAD do MEC

Outra meta fundamental para a estruturação do Sistema é o avanço no processo de inclusão digital. Questão destacada também pela Professora Wilsa Ramos, coordenadora do Programa da UAB na Universidade de Brasília (UNB). “Temos alunos que nunca ligaram o computador. A maioria realmente precisa de uma formação básica”, conta. Para solucionar o problema, a UNB elaborou um manual que explica procedimentos simples. O material, de acordo com a professora, procura romper a barreira tecnológica e familiarizar o estudante com o ambiente da aprendizagem virtual.

As dificuldades enfrentadas também têm relação com o acesso restrito à internet via banda larga no interior do Brasil. Na tentativa de amenizar esse descompasso, o MEC fez investimentos na infra-estrutura geral de determinados pólos, comprando computadores, livros e instalando antenas de conexão à internet por banda larga.

Desafio da EAD nas IES privadas

A ideia de se tornar um modelo de educação a distância transforma, de fato, o projeto da UAB em um grande desafio. Afinal, a contestação da qualidade nesta modalidade de ensino é muito comum. Especialmente, em relação aos cursos oferecidos em instituições privadas, que apresentaram enorme expansão no último período.

Segundo dados do mais recente Censo da Educação Superior, divulgados em fevereiro pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), houve um crescimento de 1.108% na oferta de cursos a distância. Com isso, os estudantes dessa modalidade passaram de 1% para 7% dos alunos do ensino superior. Numa perspectiva negativa, o brutal crescimento se deve muito à intensificação dos processos de mercantilização da educação. Afinal, cursos a distância acabam sendo um prato cheio para estabelecimentos de ensino inescrupulosos, que reduzem ao máximo seu custo operacional e não cumprem as exigências de qualidade estabelecidas.

Na avaliação da coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, a Secretária de Ensino a Distância do MEC (SEED) tem feito um esforço para regulamentar com qualidade os cursos da UAB. “O problema acontece mais no setor privado, que burla as regras estabelecidas ou as contesta. O que mais nos preocupa é a tentativa das IES

privadas de deturpar os princípios da educação, oferecendo cursos de péssima qualidade, não cumprindo, por exemplo, a exigência dos estágios presenciais ou a carga horária das diretrizes. Tudo para diminuir custos e, evidentemente, aumentar seus lucros”, destaca Madalena.

A edição da Portaria MEC Nº 4.059/04 – que estabelece a possibilidade de oferta de até 20% da carga horária dos cursos superiores em modalidade semi-presencial – também potencializou essa expansão da modalidade. “A oferta (dos cursos) pode ser feita de diferentes modos e a opção adotada por cada instituição de ensino precisa estar explícita no projeto

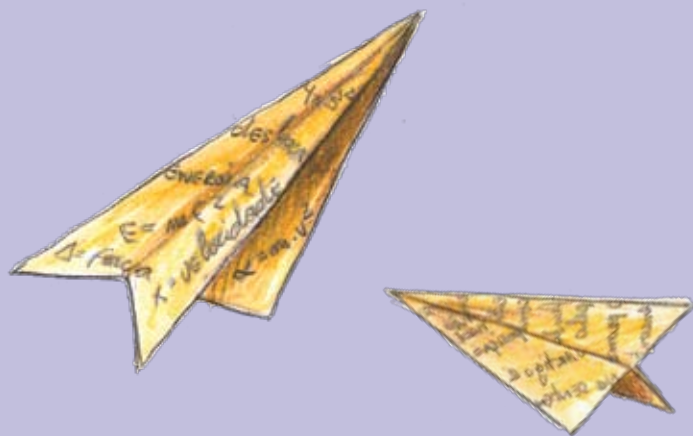
*“O problema acontece mais no setor privado, que burla as regras estabelecidas ou as contesta. Tudo para diminuir custos e, evidentemente, aumentar seus lucros.”
Madalena Guasco*

pedagógico do curso”, explica a Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida.

Ela informa que, pode-se ter 20% do conteúdo de cada uma das disciplinas de determinado curso realizadas a distância e 80% presencial – o que permite, em determinadas circunstâncias, menor permanência do aluno na instituição, liberando o espaço físico da organização para outras atividades. Há instituições que deixam um dia por semana sem aulas e outras diminuem a carga horária diária ao longo da semana. Existe ainda outra situação, em que a instituição define um conjunto de disciplinas a distância, cuja carga horária total equivale a

20% da carga horária curricular do curso, com disciplinas inteiramente presenciais e outras a distância.

Para a professora, do ponto de vista do aluno, as conseqüências podem ser favoráveis ou não à aprendizagem. “Já para a instituição pode representar a busca desenfreada pelo aproveitamento dos espaços e aumento substancial do número de alunos, com o intuito de maximizar os ganhos que a implantação da EAD pode ilusoriamente favorecer. Essa situação ocorre quando não há uma análise efetiva das condições necessárias para que este processo seja feito com qualidade”, ressalta Elizabeth. O que agrava a questão, em sua opinião, é que o acompanhamento dos cursos a distância ainda é pontual, tornando o processo de avaliação de qualidade precário e facilitando os abusos. “Isto é tão sério, que, no final de 2008, o MEC suspendeu o funcionamento de centenas de pólos de instituições privadas”.



Formação de professores para atuar na EAD

A professora Elizabeth coordena o curso: “Educação a Distância na Prática”, ministrado na PUC-SP. Oferecido há mais de cinco anos, o curso tem como objetivo proporcionar aos participantes os meios efetivos para a análise, definição, criação e acompanhamento de atividades à distância e/ou para o uso da educação on-line como apoio à educação presencial.

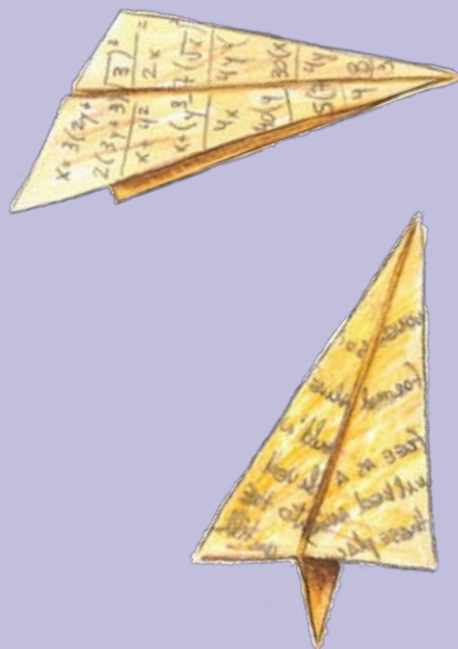
Segundo ela, o fator da inclusão digital também se caracteriza como o maior desafio da formação dos docentes que atuam ou desejam atuar na EAD. “Quando a inclusão digital e o uso pedagógico de tecnologias forem temas integrados aos estudos e práticas da formação de professores, teremos superado o desafio da formação docente, tanto para atuar em EAD como para integrar as tecnologias com o currículo em qualquer modalidade de ensino”, acredita.

Identidade profissional e precarização do trabalho docente

Outra grande polêmica atinge a prática do ensino a distância: a designação ou identidade dos profissionais que atuam na modalidade. Isso porque, é comum o desdobramento das funções em atividades de distintas, que seriam da competência de “especialistas em conteúdo”, “pedagogos”, “tutores”, entre outros. Com isso, os professores denunciam a frequente contratação de profissionais de outras áreas, que não a docência, para atuação nessas funções da EAD – o que acaba, muitas vezes, por precarizar o trabalho do professor, rebaixar seus salários e subestimar sua importância no processo educacional.

Contrária a essa proposta, Elizabeth afirma que as ações do professor implicam em competências didático-pedagógicas, de gestão de espaços, atividades e tecnologias, de trabalho em equipe, de reflexão sobre a própria atuação – um trabalho ainda mais complexo do que em situação da prática pedagógica presencial. “Ainda que existam distintas denominações para os professores que atuam na EaD, esse corpo de profissionais deve ser formado por professores competentes, que saibam trabalhar com a mediatização das tecnologias, e cuja remuneração tem que ser condizente com as condições de trabalho dignas e equânimes”, diz a professora.

Entre todos os fatores envolvidos na discussão sobre a prática e a eficiência do EAD, podemos dizer que as contribuições que a modalidade tem a oferecer ao Brasil – do ponto de vista de sua capacidade de democratizar o acesso à educação e integrar utilização das novas tecnologias às práticas pedagógicas – são incontestáveis e preci-



sam ser reconhecidas. Entretanto, é essencial coibir abusos e regulamentar criteriosamente a sua prática. A fim de que seja baseada em conceitos e recursos que garantam a qualidade de ensino e formação adequada. Se diante deste desafio a Universidade Aberta do Brasil for de fato capaz de induzir práticas qualificadas de EAD, já terá cumprido um importante papel. ●



Uma conquista que precisa avançar

Apesar de ainda restrita a uma pequena parte da população, a ampliação da licença maternidade para seis meses finalmente garante à mulher trabalhadora amparo legal para que possa oferecer aos filhos o aleitamento materno exclusivo no período, recomendado por órgãos de saúde do Brasil e do mundo.

Em setembro de 2008, uma parcela das trabalhadoras brasileiras conquistou uma importante vitória: a aprovação da Lei 11.770, que estende a licença maternidade para seis meses. A medida institui o Programa Empresa Cidadã, que, mediante incentivo fiscal, permite à iniciativa privada a prorrogação da licença obrigatória de 120 dias por mais dois meses. O benefício é garantido também à trabalhadora que adotar uma criança ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

A lei prevê ainda a concessão da licença de 180 dias às servidoras públicas e já está valendo para todas as trabalhadoras das instituições federais, que gozam do direito desde o início do ano. A aplicação da lei nas



instâncias estaduais e municipais é facultativa. Ou seja, depende da adesão dos respectivos governos. Hoje, aproximadamente 100 municípios e 13 estados já garantem o direito. A partir de 2010, o benefício será concedido às funcionárias de empresas privadas que aderirem voluntariamente ao Programa Empresa Cidadã. Nestes casos, a mulher poderá ou não requerer a extensão da licença e terá prazo de até um mês após o parto para solicitar o benefício.

A proposta de ampliação da licença para seis meses foi construída numa parceria entre a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), autora da Lei, e Sociedade Brasileira de Pediatria, que desde os anos 70 está engajada em campanhas que estimulam o aleitamento materno. Para a Senadora, o ponto central do projeto é propiciar a convivência estreita entre mãe e filho, estimulando também a amamentação exclusiva nos seis primeiros meses, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o próprio governo brasileiro preconizam.

Patrícia Saboya acredita que todos os agentes envolvidos nesse processo saem ganhando com a nova lei. “As empresas, porque suas funcionárias vão se sentir mais motivadas para o trabalho; as mulheres, porque vão poder desfrutar de um convívio maior com os filhos; e o Estado, porque terá uma economia brutal com a disseminação do aleitamento materno durante seis meses, na medida em que as crianças vão adoecer menos e haverá, assim, um menor índice de internações”, diz.

O Ministério da Saúde de fato comemora. Segundo a coordenadora da área técnica de saúde da criança, Elsa Giugliane, o impacto do ponto de vista da saúde pública deverá ser sentido gradativamente, à medida que as empresas, estados e municípios aderirem ao Programa e mais mães se conscientizarem da importância do aleitamento materno exclusivo nos seis primeiros meses. “Este impacto pode ser de curto e médio prazos, com o aumento do aleitamento materno exclusivo e menor mortalidade infantil, e também de longo prazo, quando as crianças beneficiadas pela Lei forem adultos, com menos doenças crônicas, mais saudáveis física e emocionalmente”, informa Elsa.



Ainda há muito o que avançar

No Brasil, os quatro meses de licença maternidade obrigatórios são um direito das mulheres trabalhadoras previsto na Constituição Federal de 1988 (artigo 7º, XVIII, combinado com o artigo 39, § 3º) e beneficia indistintamente a totalidade das servidoras públicas e privadas. A nova lei, no entanto, é muito restritiva e não permite a adesão de micro e pequenas empresas, bem como todas aquelas que não tiverem sistema fiscal baseado no regime de lucro real.

No caso das trabalhadoras do setor privado de ensino a questão ainda está indefinida, uma vez que não está clara a regulamentação da Lei e quase



Os meses mais importantes de nossas vidas

Segundo o presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria, Dr. Dioclécio Campos Júnior, os avanços da ciência mais recentes demonstram que os seis primeiros meses de vida são essenciais. “É um período decisivo para crescerem as estruturas do cérebro. Essas estruturas crescem com dois mecanismos essenciais: o primeiro, por nutrição ideal, o alimento materno, que contém os produtos necessários em quantidade e qualidade. O segundo componente são os estímulos sensitivos que a criança recebe. Os sons da voz materna, os estímulos visuais, o contato físico com a mãe, o pai, os demais membros do grupo familiar. Esses contatos, cada vez que ocorrem, formam as ligações das células do cérebro”, explica o médico.

Entretanto, a prática da amamentação exclusiva até os seis meses de vida, apesar de vir aumentando, ainda é baixa no País. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS-2006) constatou que a prevalência do aleitamento materno exclusivo em menores de 6 meses para o Brasil foi de 39,8%.

Segundo o Ministério da Saúde, os bebês que recebem leite materno exclusivamente por 6 meses estão mais protegidos contra doenças, principalmente diarreia e pneumonia, e têm menor risco de desenvolver otite e alergias. No longo prazo, estão mais protegidas contra diabetes tipo I, doenças cardiovasculares, obesidade, entre outros. Já as crianças que não mamam no peito têm 25 vezes mais chance de morrer por diarreia e se não receberem leite materno nos três primeiros meses de vida têm 61 vezes mais chance de serem hospitalizadas. A amamentação também apresenta vantagens para a mulher, pois ajuda na perda mais rápida do peso ganho na gestação, diminui o sangramento intra-uterino e a prevalência de câncer de mama e de ovário.

nenhuma informação é confirmada pelas fontes oficiais. O que os juristas e especialistas em direito tributário acreditam é que as empresas de ensino poderão ou não aderir à iniciativa, dependendo, caso a caso, do regime fiscal adotado por cada uma delas. Uma coisa é certa: instituições de ensino privadas sem fins lucrativos estão fora do perfil da Lei. A princípio, as instituições lucrativas, em geral regidas pela Lei das Sociedades Anônimas, podem aderir à iniciativa – como já fazem, recebendo também incentivo fiscal, ao integrarem o ProUni. Resta saber se terão algum interesse em participar.

A autora da Lei explica que sua opção foi apresentar uma proposta cautelosa, pela via da não-obrigatoriedade da concessão do benefício e do sistema de incentivos fiscais. Para que esse direito fosse universal, seria preciso apresentar uma PEC (Proposta de Emenda Constitucional), que, segundo Saboya, dificilmente, seria aprovado pelo Congresso Nacional. “Se passasse, provavelmente o gover-

Em tramitação

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional cerca de cinco Projetos de Lei que propõem a ampliação da licença paternidade – atualmente de cinco dias úteis, contados a partir da data de nascimento. Os períodos propostos pelos PLs variam de 10 a 30 dias. Os prazos para tramitação são indefinidos, mas a expectativa é positiva em relação a aprovação de algum dos Projetos.


A maior participação do pai, junto ao bebê e a mãe, nos primeiros dias após de vida é fundamental e estimula a disseminação do conceito de responsabilidade compartilhada na criação dos filhos, que historicamente sempre onerou a mulher.

no federal iria vetar, pois existe o famoso rombo nas contas da Previdência Social. Por isso, nossa estratégia foi ir ganhando, aos poucos, a sociedade para essa causa, tentando criar no País uma cultura de responsabilidade social”, informa a Senadora.

No entanto, sempre que um direito é concedido à mulher trabalhadora fala-se da ameaça de que poderão sofrer ainda mais preconceito no momento de procurar um emprego ou numa seleção para contratação em função deste ou daquele benefício. “Não creio que as empresas vão evitar a contratação de mulheres em virtude do aumento da licença. Por ter um caráter voluntário, tanto para as empresas quanto para as trabalhadoras, as empresas que não quiserem aderir (ao Programa) não serão obrigadas. Da mesma forma, as mulheres que acharem que os seis meses irão prejudicá-las no trabalho terão a opção de continuar com os atuais quatro meses de licença”, acredita Patrícia.

A Secretária de Mulher da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rosane Silva, também acredita que a adesão facultativa afasta uma série de considerações relativas a possíveis impactos negativos sobre a contratação de mulheres. Para ela, a ampliação da licença maternidade para 180 dias é uma conquista importantíssima para toda a classe trabalhadora e

só será universalizada por meio de muita luta e mobilização.

Neste processo, os sindicatos têm papel fundamental. Grande parte das Centrais Sindicais, e também a CONTEE, orienta suas entidades de base a incluir a reivindicação na pauta das próximas convenções coletivas. Para isso, ressalta Rosane, “a presença das mulheres nas mesas de negociação é importante. A classe trabalhadora necessita de condições mais dignas para viver e, com organização e luta, é possível ampliarmos nossos direitos e nos fortalecemos para seguir na batalha rumo a um País com mais igualdade e justiça social”. 



Seminário “Educação Não é Mercadoria” no Sinpro-Sorocaba

Sinpro-Sorocaba na luta por uma educação de qualidade

O lançamento da Campanha “Educação não é Mercadoria”, em 11 de setembro, foi mais uma ação do Sinpro-Sorocaba na luta para melhorar a qualidade do ensino em sua região. Mais de 200 pessoas participaram da atividade na sede da OAB local, que contou com a presença da Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco, da representante do MEC em São Paulo, Prof.^a Iara Bernardi, além do presidente da OAB local, Dr. Antônio Carlos Delgado Lopes. A conclusão unânime do encontro foi de que toda a sociedade precisa participar da luta pela regulamentação da educação superior privada, como forma de sanar os problemas causados pelas crescentes mercantilização e desnacionalização do ensino, que colocam em risco os direitos dos trabalhadores da educação e a soberania do Brasil.



Uma importante vitória do SINPAAET

Uma grande vitória do SINPAAET em nome de sua categoria foi conquistada no dia 4 de dezembro, na sala de audiências da 1ª Vara do Trabalho de Tubarão (SC), na qual foi proferida a sentença da Ação Coletiva em nome dos professores da UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Na ocasião, o juiz do Trabalho Ricardo Kock Nunes reconheceu a alteração da sistemática de remuneração dos professores e concedeu as diferenças salariais, parcelas vencidas e vincendas, decorrentes da redução da carga horária, principalmente dos horistas, a partir de agosto/2006, inclusive.

Sinpro-BA discute assédio moral, doenças ocupacionais e ensino superior privado

Entre as discussões promovidas pelo Sinpro/BA, em 2008, dois temas foram recorrentes: assédio moral e doença ocupacional entre Professores e Qualidade do Ensino Superior Privado. Ambos foram debatidos em Audiências Públicas na Assembleia Legislativa da Bahia. Na Audiência sobre assédio moral e doença ocupacional, que contou com a participação de médicos e doutoras do Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CE-SAT), o sindicato revelou que, com bases nos atendimentos realizados no seu setor de saúde, quanto maior o número de professores doentes oriundos de uma determinada escola, maior o número de reclamações por assédio moral registrados na entidade contra essa mesma Instituição – o que evidencia que as doenças ocupacionais estão diretamente relacionadas com o assédio moral.

Já na Audiência Pública que debateu o ensino superior privado, o Sinpro ressaltou a necessidade de que o setor privado: obedeça às leis, cumpra as diretrizes curriculares, respeite os direitos trabalhistas e humanos dos professores, seja regulamentado e atenda todas as exigências que garantam a qualidade do ensino. Além de não permitir a mercantilização e desnacionalização da educação no País.



Audiência Pública na Assembleia Legislativa da Bahia



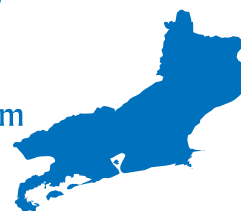
Sinpro-BA debate a qualidade da educação

Feteerj aposta no fortalecimento dos sindicatos

A diretoria colegiada da Feteerj realizou no último mês de dezembro sua reunião anual de planejamento. Na abertura, houve debates com o presidente do Sinpro-Rio, Wanderley Que- do; o diretor da CONTEE, José Thadeu de Almeida, e a professora Aparecida Tiradentes, da Fiocruz. Na ocasião, o dirigente da Feteerj, Antonio Rodrigues fez uma análise do ano de 2008 e apresentou propostas para o projeto político da Federação para o próximo período. “Qual o papel da federação no sentido da sustentação das entidades que estão em dificuldade?”, perguntou. Para ele, o fortalecimento da imprensa da Feteerj é um passo a ser dado para fortalecer os sindicatos. “Precisamos investir no fortalecimento da imprensa para a próxima

FETEERJ

Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino no Estado do Rio de Janeiro



gestão”, disse. Para a professora Lygia Carretero, a principal tarefa da Feteerj é o fortalecimento dos sindicatos filiados. Destacou ainda a necessidade de conversar com a categoria sobre a importância da sindicalização. Para ela, os interlocutores principais devem ser os professores que estão saindo hoje das universidades e não estão convencidos da importância dos sindicatos.

Sinproep-DF debateu aumento abusivo das mensalidades

Preocupados com o aumento das mensalidades em Instituições particulares de ensino, em 3 de dezembro, a Câmara Legislativa do Distrito Federal realizou uma Audiência Pública para debater esses aumentos abusivos. Participaram do evento o Sinproep-DF, o Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos, Sociais e Econômicos), o Procon do Distrito Federal e representantes dos pais

dos alunos. Foi posto em roda também o fato do reajuste salarial dos professores ser baseado no índice da inflação, enquanto as mensalidades são reajustadas acima dela. Para encerrar o ano de 2008 com chave de ouro, o Sinproep-DF lançou e distribuiu a Agenda do Professor 2009, que homenageou educador Paulo Freire, cujas ideias contribuíram para construção de uma educação com dignidade, princípios de cidadania e respeito ao outro.

Região central do Brasil agora tem nova Federação: FITRAE-BC

Os professores e auxiliares em administração das escolas privadas de Goiás, Tocantins e Distrito Federal constituíram, em atividade realizada nos dias 21 e 22 de novembro de 2008, na sede do Sindicato dos Professores do Estado de Goiás, em Goiânia/GO, a Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Brasil Central – FITRAE-BC. O processo de criação da Federação foi desencadeado há quatro anos e concluiu-se durante com a realização deste congresso, especialmente convocado, sob patrocínio da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (FITEE), da qual a nova entidade se desmembrou. A FITRAE-BC já está filiada à CONTEE.



Congresso de fundação da FITRAE-BC



Sinpro Itajaí dá uma aula de solidariedade

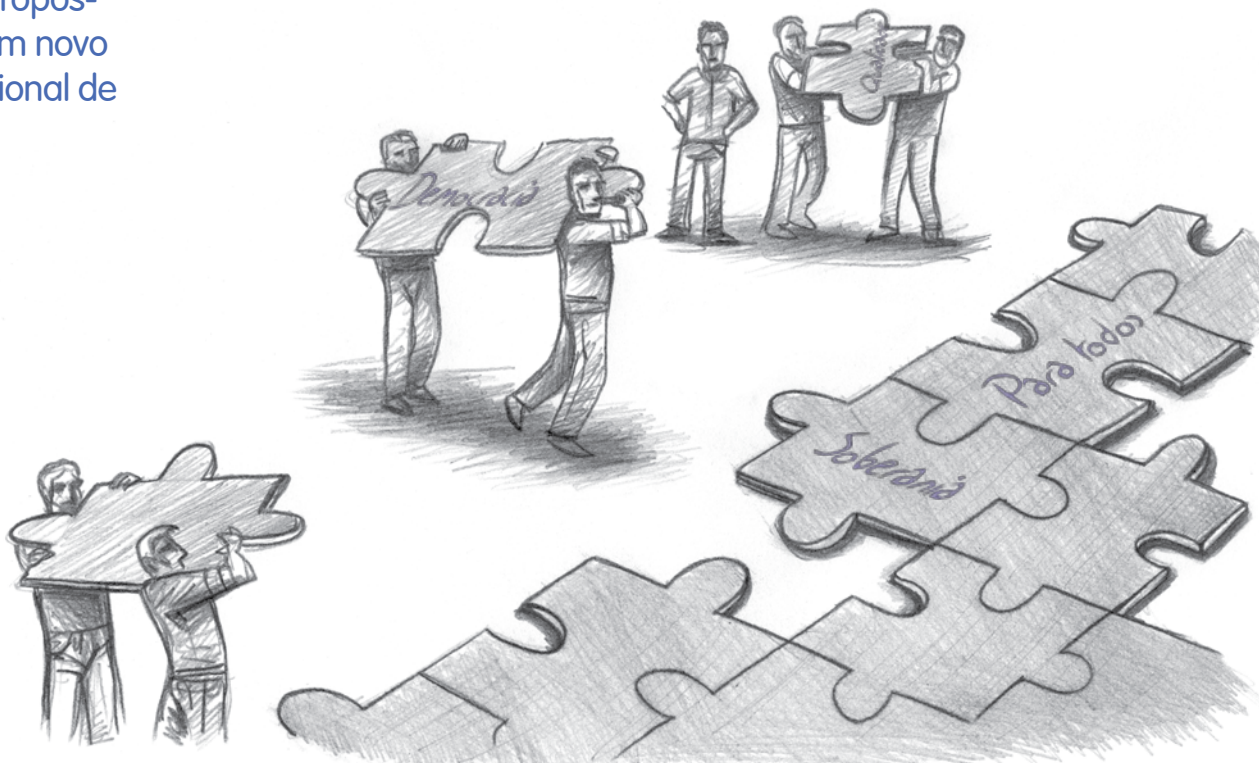
Engajado na luta pela reconstrução de Santa Catarina, após o drama da enchente que atingiu grande parte da população, o Sinpro Itajaí e Região está realizando, desde dezembro de 2008, a Campanha “Dê uma Aula de Solidariedade”. Num primeiro momento, foram arrecadados alimentos, brinquedos, remédios, roupas e outros materiais. Com os recursos obtidos, no final do ano os professores atingidos receberam kits de natal, sendo que os associados receberam também um auxílio financeiro. As entidades sindicais, empresas ou até mesmo pessoas físicas que se sensibilizarem e desejarem contribuir com doações em dinheiro poderão fazê-lo por meio de depósito na seguinte conta: Caixa Econômica Federal/ Agência: 0416/ C/C: 778-8 – operação 03/ CNPJ: 76.701.283/0001-25. Todo o valor arrecadado será revertido em ações reconstrução de Santa Catarina.

Uma oportunidade e um grande desafio

Ao longo de 2009, a sociedade brasileira estará mobilizada na preparação da 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE). A partir de agora, os mais diversos setores ligados à educação têm o desafio de formular propostas para um novo Plano Nacional de Educação.

Em aproximadamente um ano, o Brasil terá uma oportunidade concreta de dar um saldo de qualidade nos rumos da educação do País. Entre os dias 23 e 27 de abril de 2010, acontecerá a Conferência Nacional de Educação (CONAE), que reunirá todos os segmentos ligados à educação, nos seus diversos níveis, etapas e modalidades – da educação infantil à pós-graduação, em um amplo, diversificado e democrático debate. O processo de construção da atividade já começou com a formação de Comissões Organizadoras nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal

e a realização, nesse primeiro semestre, das Conferências Municipais e Intermunicipais. A partir de agosto, as etapas Estaduais encerram a preparação para a Conferência, encaminhando todas as propostas formuladas ao longo do período para a etapa nacional.



É a primeira vez que o Estado brasileiro, em caráter institucional, convoca uma atividade desse porte. Em outras ocasiões, a própria sociedade civil se articulou para promover discussões que tinham como tema central a educação, como na realização dos CONEDs (Congresso Nacional de Educação), que culminaram com a elaboração de um Plano Nacional de Educação (PNE) da sociedade brasileira. Posteriormente combatido, tanto pelo Poder Executivo, como pelo conservador Congresso Nacional.

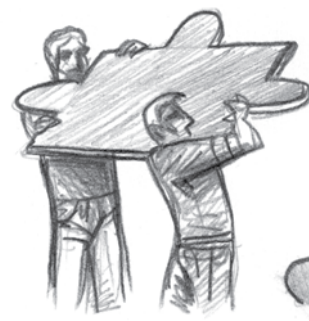
Por isso, a expectativa é grande. Ao capitanear a organização da Conferência, espera-se que o Governo Federal ratifique seu compromisso com os resultados nela obtidos, transformando as deliberações desse fórum em diretrizes para a formulação das políticas públicas educacionais no País. Sob o tema “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas diretrizes e estratégias de ação”, a CONAE propõe o estabelecimento de bases teóricas e propostas concretas para a construção de um novo PNE, que substituirá o agora em vigor, a partir de 2011. Por essa razão, a Conferência ganha um caráter desafiador e instigante ao criar a oportunidade real de se transformar em um espaço relevante para diagnosticar a realidade educacional e traçar as futuras políticas públicas para o setor.

É importante, estabelecer um diálogo com as entidades que têm identificação com nossas defesas para que possamos construir uma política ampla e consistente desde as primeiras etapas.

Esse deve ser o propósito central a permeiar todos os debates, desde as etapas municipais até a atividade nacional.

A luta pela criação de um Sistema Nacional de Educação é histórica no Brasil. Ao longo de décadas, diversas foram as tentativas para sua elaboração. Apesar de apenas reforçar a concepção republicana de educação, a ideia de um Sistema Nacional com diretrizes a serem seguidas por todos os entes federados, bem como pelo setor privado de ensino, foi sempre rechaçada e combatida. Contudo, nesse momento, as diversas representações envolvidas na CONAE parecem dispostas a colaborar para sua efetivação. Afinal, somente um Sistema Nacional de Educação, articulado com um projeto de desenvolvimento para o País, será capaz de garantir um ensino de qualidade à população.

Seja por meio da Comissão Nacional Organizadora, na qual mais de cinquenta



setores da sociedade estão envolvidos, ou pelo incontável número de organizações que participarão diretamente dos debates e deliberações das etapas preparatórias, a abrangência dos segmentos que compõem a CONAE é um aspecto a destacar. Segundo o Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE, José Thadeu de Almeida, ao incluir trabalhadores, gestores, estudantes, tanto do setor público como privado, conselhos de educação, pais, centrais sindicais, entidades empresariais, movimentos sociais, ongs, representações legis-

lativas, entre outras tantas, a CONAE acabará sendo resultado das avaliações, opiniões e propostas da sociedade brasileira de fato. “Ao longo das etapas preparatórias, que envolverão milhares de pessoas, espera-se atingir a maior mobilização nacional em torno da educação já vista na história do País. Se todos os envolvidos na Conferência se comprometerem com o seu resultado, teremos um novo PNE, construído a partir de uma ampla participação social”, afirma o dirigente.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE, Roberto Leão, a democratização do debate sobre as políticas públicas educacionais é a principal característica da CONAE. “Ela representa um espaço plural e de reflexão sobre os problemas da educação. Porém seu maior desafio consiste em concretizar os encaminhamentos sociais junto à agenda governamental. O risco de a CONAE tornar-se um espaço de intenções precisa ser afastado, através da imediata efetivação das políticas apontadas pela sociedade”, acredita Leão.

A Conferência parece ser, portanto, a mais concreta oportunidade de promover um debate



Ministro da Educação dá posse à Comissão organizadora da CONAE

capaz de viabilizar a criação de um verdadeiro Sistema Nacional articulado de Educação, baseado na defesa da educação como direito de todos, um bem público e um dever do Estado, e que garanta a necessária regulamentação do setor privado, a fim de combater a mercantilização e a desnacionalização da educação em nosso País. Para o Secretário da CONTEE, “o potencial de intervenção social e de compromisso institucional está dado, basta concretizá-lo para transformarmos este momento em um marco histórico na educação brasileira”.

A participação dos trabalhadores do setor privado de ensino

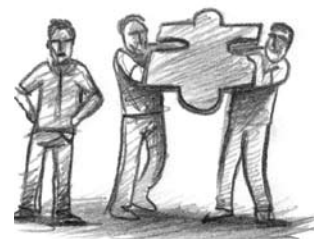
O envolvimento da CONTEE se iniciou antes mesmo da convocação da CONAE, quando juntamente com outras entidades propôs a realização de uma conferência em nível nacional que envolvesse todas as etapas e modalidades de ensino e mobilizasse o mais amplo processo possível de debate. Tal proposta foi aprovada ao final da Conferência Nacional de Educação Básica, ocorrida em abril de 2008, e em seguida encampada pelo Ministério da Educação.

De lá para cá, a entidade integra a Comissão Nacional Organizadora da CONAE, composta por 35 membros, e participa ainda da sub-comissão de sistematização, encarregada de articular e elaborar o Documento de Referência, que norteará os debates, além de traçar os eixos de discussão e definir os colóquios que farão parte da Conferência.

Diretores da Confederação e diversos representantes de entidades filiadas envolveram-se de forma organizada na instalação das Comissões Organizadoras Estaduais, fazendo da CONTEE a segunda entidade com maior número de

representantes nessas instâncias. Apenas os gestores municipais têm maior representação. “Conseguimos espalhar nossa presença em todos os estados em que estamos organizados, o que é fundamental para a inclusão de nossas avaliações e propostas nos documentos que seguirão para a etapa nacional”, avalia Thadeu. Ele destaca ainda que os trabalhadores do setor privado formam o segmento isolado com maior número de delegados na CONAE, com mais de trezentos representantes. “Portanto, nossa responsabilidade cresce na proporção de nossa representação, não apenas quantitativamente, mas também qualitativamente”, ressalta.

A fim de preparar as intervenções da categoria, a CONTEE promoverá ao longo do ano encontros com representantes de suas entidades de base para, de forma coletiva, avaliar a realidade educacional brasileira, aprofundar o debate sobre temas de maior



relevância e construir propostas qualificadas. Entre as principais estratégias de articulação, é possível destacar a necessidade de dialogar com os diferentes atores, dada a grande diversidade de representações mobilizadas. “É importante, estabelecer um diálogo com as entidades que têm identificação com nossas defesas para que possamos construir uma política ampla e consistente desde as primeiras etapas. Afinal, discutiremos sobre o futuro da educação nacional e lutamos para que ela esteja

inserida em um projeto de sociedade. Precisamos ter consciência, portanto, de que nesse processo, teremos aliados e adversários”, destaca Thadeu.

A direção da CNTE também considera importante a união de forças para a construção das propostas a serem encaminhadas à Brasília. “Queremos nos preparar, junto com outras entidades do nosso campo de luta, para enfrentar a disputa de projetos educacionais com os demais segmentos da sociedade. A defesa da educação pública e de qualidade é o objetivo que nos une”, afirma Roberto Leão.

Outro ponto importante para garantir uma boa participação na CONAE será fortalecer a comunicação entre os representantes da base, destacados para acompanhar as discussões, e a Secretaria de Assuntos Educacionais da CONTEE, mantendo-a sempre atualizada sobre o andamento dos debates e a construção de propostas. Neste sentido, certamente, a experiência e o aprendizado acumulados durante a construção da qualificada contribuição da CONTEE

na recente Conferência Nacional de Educação Básica (CONEB) serão valiosos no enfrentamento deste novo desafio.

José Thadeu finaliza confiante: “Esperamos superar nossa participação na CONEB, sempre compreendendo que não estamos sós e que é fundamental construirmos ações integradas com nossos aliados. Tenho a convicção de que a CONTEE, que se expressa por meio de seus militantes nos diferentes rincões desse País, terá muito a aprender e a contribuir nessa caminhada. E é com essa aguerrida militância que estamos contando para enfrentar esse desafiador e instigante processo de disputa que se apresenta para a construção da CONAE”.

Período de realização das Conferências:

Municipais e/ou intermunicipais:
até 30 de junho de 2009

Estaduais e DF:
até 30 de novembro de 2009

Nacional:
de 23 a 27 de abril de 2010



Os Eixos da CONAE

A Conferência Nacional de Educação será composta por seis eixos temáticos. Leia a seguir uma breve análise sobre os Eixos I, II e III, feita por José Thadeu de Almeida, Secretário de Assuntos Educacionais da CONTEE. Na próxima edição, você confere os comentários sobre os demais temas de debate da Conferência.

EIXO I

Papel do Estado na Garantia do Direito à Educação de Qualidade: Organização e Regulação da Educação Nacional

“Este é um dos Eixos que merece nossa maior atenção. Pois, além de debatermos sobre o conceito de educação como um direito social inalienável e dever do Estado, também trataremos da necessidade de regulação das atribuições específicas de cada ente federado no regime de colaboração e da educação privada pelos órgãos de Estado. Será nesse eixo que poderemos, de forma mais objetiva, apontar as diretrizes gerais para constituir o futuro PNE, assim como o Sistema Nacional de Educação.

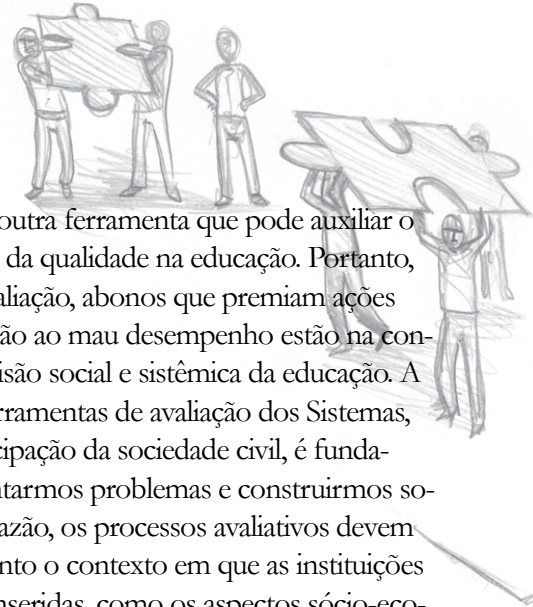
São desdobramentos desse Eixo: o debate sobre o papel social do setor privado na educação e sua inclusão no Sistema Nacional; a necessidade de regulação do Estado; o caráter social da educação em contradição com a intenção mercantil de muitos empresários do setor; a autonomia universitária – da Mantida em relação à Mantenedora; e a constituição do Fórum Nacional de Educação como órgão de Estado, composto com mesma pluralidade existente hoje na Comissão Nacional Organizadora da CONAE.”

Eixo II

Qualidade da Educação, Gestão Democrática e Avaliação

“Temos aqui também importantes contribuições a dar. É fundamental reafirmar que a gestão democrática é um elemento importante na constituição dos critérios de qualidade da educação. Para além da compreensão da eleição dos gestores, devemos ampliar esse conceito, avançando em relação à participação da

comunidade escolar/acadêmica, por meio do envolvimento de outros setores da sociedade. É necessário também superar a eleição direta de diretor (a) /reitor (a), incluindo o debate participativo sobre a gestão financeira e administrativa e do PDI/PPP das instituições de ensino.



No setor privado, em muitos casos, temos que começar do zero, garantindo direitos básicos de expressão, organização, liberdade científico-acadêmica e autonomia da mantida em relação à mantenedora – bases mínimas para o desenvolvimento de políticas que assegurem a gestão democrática em todos os estabelecimentos de ensino.

A gestão democrática também deve compreender os espaços articulados de decisão e representação, com ampla participação social e não ingerência do Estado em sua constituição e funcionamento. Esses espaços se traduzem nos Conselhos de Educação, no Fórum Nacional de Educação, nos órgãos colegiados das IES e nos conselhos escolares.

A avaliação é outra ferramenta que pode auxiliar o desenvolvimento da qualidade na educação. Portanto, em termos de avaliação, abonos que premiam ações isoladas e repressão ao mau desempenho estão na contramão de uma visão social e sistêmica da educação. A construção de ferramentas de avaliação dos Sistemas, com ampla participação da sociedade civil, é fundamental para apontarmos problemas e construirmos soluções. Por essa razão, os processos avaliativos devem levar em conta tanto o contexto em que as instituições de ensino estão inseridas, como os aspectos sócio-econômicos e culturais em que seus diferentes atores estão envolvidos. Ela deve ser uma política pública, na qual esteja inserido o setor privado, que deve ser avaliado sob os mesmos critérios do setor público.”

Eixo III Democratização do Acesso, Permanência e Sucesso Escolar

“Democratizar o acesso é muito mais do que garantir a oferta de ensino. É universalizar a educação em todos os níveis, em condições de qualidade, permitindo a permanência do estudante até a conclusão de todos os níveis educacionais – desde a educação infantil até o ensino superior. Fornecer condição de permanência envolve também inúmeros aspectos, como a assistência estudantil, uma política de for-

mação profissional para as (os) trabalhadores (as) na educação infantil, e a ampliação da oferta pública de ensino (preferencialmente universalização). Porém, não basta democratizar o acesso e garantir a permanência. O sucesso escolar é fundamental. E aqui entendemos sucesso escolar como uma trajetória sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento.”

Principais temas de interesse na CONAE:

- Defesa da educação pública
- Construção de um sistema nacional de educação
- Formulação de um novo PNE e suas estratégias de ação
- Construção de um sistema nacional de avaliação
- Defesa da formação profissional
- Valorização dos trabalhadores em educação
- Controle público do processo de financiamento da educação
- Definição do papel regulador do Estado
- Gestão Democrática
- Democratização, inclusão e permanência
- Criação do Fórum Nacional de Educação como instância de construção de políticas públicas e de participação social



Abaixo a ditadura (da mídia)

O desafio enfrentado pelos movimentos que lutam pela democratização da comunicação é complexo e absolutamente fundamental para a conquista da verdadeira liberdade de expressão no País. Por isso, a participação do movimento sindical brasileiro nessa luta é essencial.

Quando se inicia uma discussão sobre a questão da democratização da mídia, logo de cara é possível afirmar que o tema vai muito além do fortalecimento de veículos alternativos ou da popularização dos meios públicos de informação. O ponto central do debate está ligado diretamente à ideia do direito à comunicação, da liberdade de expressão de um povo – suas necessidades e questionamentos, e ao conceito mais amplo de democracia.

Esta visão é compartilhada por estudiosos no assunto. Especialmente aqueles que hoje estão envolvidos nos diversos movimentos que lutam pela democratização da comunicação no Brasil. Entre eles, o Coletivo Intervozes, um organização que trabalha, desde 2002, pela efetivação do direito humano à comunicação. Para Diogo Moyses, ativista do movimento, “ainda não vivemos em uma democracia plena, pois apenas uma pequena parcela da população pode, de fato, exercer a sua liberdade de expressão, enquanto a maioria da população ainda não pode participar efetivamente da produção e distribuição de conteúdo”. Em sua opinião, para que o debate público sobre os temas importantes para a sociedade seja reflexo das ideias e pensamentos que existem no País,

é preciso que o ambiente das comunicações seja, ao máximo, plural e diverso.

O enfrentamento desta questão mostra-se ainda mais necessário quando envolve os movimentos sociais, perseguidos e criminalizados pela mídia hegemônica brasileira. Para Altamiro Borges, jornalista e autor do livro “Sindicalismo, resistência e alternativas”, o papel da grande imprensa é nefasto e perverso contra a luta dos trabalhadores, por constantemente desqualificar e ridicularizar suas manifestações e reivindicações.



Na contramão dessa perseguição, está a comunicação sindical, que apesar das dificuldades desempenha função essencial na exposição do contraditório. Para a Secretária de Comunicação Social da CONTEE, Maria Clotilde Lemos Petta, a democratização da comunicação e o fortalecimento da mídia livre são fatores estratégicos para o movimento sindical classista. “As grandes corporações midiáticas e os meios de comunicação empresariais aperfeiçoam a cada dia seus instrumentos de comunicação na busca dos que os estudiosos chamam de “captura da subjetividade”. Ou seja, querem ganhar as “mentes e coração” da sociedade na justificativa de novas formas de gerenciamento do trabalho, que aumentem a exploração”, acredita a dirigente.

Segundo a Secretária, neste cenário, o aperfeiçoamento da comunicação das entidades sindicais deve ser considerado tarefa prioritária. “Por conta desse entendimento, a CONTEE trabalha para ampliar e qualificar seus mecanismos de Comunicação. O Portal da entidade na internet, o boletim eletrônico semanal, o lançamento de nosso livro jurídico e, agora, a Revista CONTEÚDO, além de objetivar a interlocução com nossas entidades filiadas, se inserem nesta luta maior pela democratização da mídia no Brasil”, explica Clotilde.

Contudo, o jornalista Altamiro Borges ressalta que “sozinha a imprensa sindical não vai conseguir combater, por exemplo, as famílias que dominam os meios de comunicação no País. Temos a necessidade de ações mais organizadas, totalizantes e unificadoras, como o movimento do Fórum de Mídia Livre, que surgiu justamente com esse objetivo”.

O Fórum Mídia Livre é mais um dos espaços de construção do movimento pelo direito à comunicação. “Nele estão reunidos os mais diversos grupos e

organizações. A intenção é de que seja mais um espaço de articulação da sociedade civil para pressionar os poderes públicos a instituírem políticas que realmente ajudem a democratizar as comunicações”, informa Moyses, do Coletivo Intervezes, que também integra o Fórum.

Entre as principais reivindicações deste movimento, destacam-se: a criação mecanismos de controle público e social das concessões de rádio e TV, historicamente moeda de troca política, sem fiscalização; a instituição de um sistema público de comunicação forte; e a implementação de um amplo programa de inclusão digital residencial, que permita que todas as pessoas tenham acesso à internet. “A universalização da banda larga é hoje um imperativo ético”, acredita Moyses.

A Secretária de Comunicação da CONTEE também destaca que as discussões acerca do midialivrismo são a oportunidade de uma rica reflexão sobre como fazer a disputa contra-hegemônica no País. Para ela, “a exigência de efetivação de políticas públicas que assegurem a democratização da comunicação reflete o avanço deste

movimento, do qual a CONTEE faz parte, assinando o Manifesto lançado pelo Fórum de Mídia Livre”.

Uma importante vitória

Recentemente, o movimento pela democratização da mídia no Brasil obteve uma importante vitória: a convocação da primeira Conferência Nacional de Comunicação. A atividade está marcada para início de dezembro de 2009 e será precedida de etapas preparatórias municipais e estaduais. Para Altamiro Borges, o desafio será envolver a população brasileira nesta discussão. “A realização da Conferência vai permitir que a sociedade debata a questão da ditadura da mídia no Brasil”, afirma o jornalista.

Já Leandro Uchoas, um dos organizadores do Fórum de Mídia Livre, prevê uma intensa disputa. Para ele, a grande mídia é politicamente forte e vai se desdobrar para controlar a Conferência. “Desde

já, os ativistas de uma mídia mais democrática têm que se organizar, e estabelecer sua estratégia, para não serem engolidos. Comemoremos hoje a Conferência, mas não sejamos tolos de imaginar que a elite brasileira vai desistir de seus privilégios”, conclui Leandro.

A Conferência Nacional de Comunicação será um dos temas abordados no II Seminário de Comunicação da CONTEE, que acontecerá no final de maio de 2009. ●

Fórum de Mídia Livre – conheça e participe!

O jornalista Leandro Uchoas, membro da organização do Fórum de Mídia Livre, fala sobre os objetivos do movimento e explica como apoiar esta iniciativa.

O que é o Fórum de Mídia Livre e quais os seus principais objetivos?

Trata-se de uma inédita união política entre alguns dos principais veículos de mídia independente brasileiros, de maneira a discutir suas demandas e frentes de atuação.

Os principais objetivos são construir alternativas de produção de informação, estruturar politicamente a mídia

livre, discutir alternativas de financiamento e de compartilhamento de conteúdo, propagar novas possibilidades de atuação disponibilizadas pelas novas tecnologias e somar forças de atuação nas frentes diversas de democratização da comunicação.

Quem pode e como participar do Fórum de Mídia Livre?

Qualquer defensor da democratização

da comunicação que se sensibilize com a ideia de construir uma mídia menos conservadora no País. Se a pessoa tem algum veículo de mídia livre – desde blogs até rádios comunitárias – deve cadastrá-lo no nosso mapeamento da mídia livre (acesse pelo Blog do FML: <http://forumdemidialivre.blogspot.com>). Além disso, o militante



Arquivo pessoal

da mídia livre pode participar de nossos fóruns e seminários ou organizar seus próprios eventos regionais.

CONTEE assume a presidência da CONAP

Dando continuidade à luta pela democratização do acesso à educação e na intenção de contribuir para garantir a qualidade adequada ao ensino no País, a CONTEE assumiu no início de outubro de 2008 a presidência da Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade Para Todos (CONAP). O Secretário de Assuntos Educacionais da entidade, José Thadeu de Almeida, foi indicado pela maioria dos membros da comissão para dirigir o grupo, em mandato de dois anos.

Segundo Thadeu, um dos principais pontos a serem desenvolvidos dentro da Comissão é a constituição de uma subcomissão que trabalhará na construção das diretrizes para a organização das comissões locais do ProUni, que atuarão diretamente nas Instituições. “Imagino que essa será nossa grande tarefa para o período. Dar capilaridade na relação entre a comissão nacional e local”, informa. Além disso, destacou que “como representantes da CONTEE, temos duas preocupações principais: a regularidade em relação à legislação e a qualidade das Instituições. Afinal, compreendemos que esse também pode ser um espaço para conquistarmos alguma espécie de regulamentação”. Num segundo momento, a ideia é sugerir mudanças legais que coloquem como obrigação das IES o cumprimento da legislação trabalhista para que se credenciem ao Programa.

Seminários fortalecem relações institucionais

Danielle Moraes



2º e 3º Seminário de Negociação e Campanha Salarial



No segundo semestre de 2008, diversas atividades promovidas pela CONTEE reuniram trabalhadores da educação e dirigentes sindicais. Começando pelo III Seminário de Campanha e Negociação Salarial, realizado em agosto. Sob a coordenação da Secretaria de Organização e Políticas Sindicais da CONTEE, dirigida pelo professor Fábio Eduardo Zambon, a atividade teve como principal contribuição a exposição de Sérgio Mendonça, técnico do DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que fez uma análise detalhada sobre a conjuntura econômica nacional e seu consequente impacto nas negociações salariais.

Já no início de novembro, o IV Seminário deu continuidade ao trabalho de estreitamento das relações entre a Confederação e suas entidades de base e contribuiu na preparação para os desafios das negociações coletivas de 2009. A atividade, realizada no auditório do Sinpro/SP, na capital paulista, reuniu participantes vindos de diversas regiões do País. Todos tiveram a oportunidade de relatar as situações vividas em cada localidade com o objetivo de identificar problemas comuns, como a ameaça à gratuidade da bolsa de estudo e a necessidade de regulamentação do trabalho docente com a ampliação da educação a distância.

O bem-sucedido CONATEE Extraordinário

Maurício Moraes

O Congresso Extraordinário da CONTEE, realizado em São Paulo/SP, entre os dias 29 e 31 de agosto, foi a principal atividade institucional da entidade em 2008. O encontro foi muito bem sucedido e enriquecedor para os 235 delegados e delegadas que vieram das mais diferentes partes do Brasil, representando 46 entidades. Durante o CONATEE, foram aprovadas alterações no estatuto da entidade, importantes moções e resoluções, além da promoção de debates sobre conjuntura nacional e internacional.

Na solenidade de abertura, estiveram presentes: o presidente da Fepesp, Celso Napolitano; o presidente



Apresentação dos Trovadores Urbanos durante o CONATEE Extraordinário

da Fitee e Secretário de Assuntos Jurídicos da CONTEE, Edson de Paula Lima; o presidente da Fitrae-MT/MS, Eduardo Botelho; o coordenador da Fetej-Sul, Cássio Bessa; e o coordenador da Secretaria de Administração da Feterj, Antonio Rodrigues.

Ainda no primeiro dia da atividade, houve um rico debate sobre conjuntura internacional, que contou com a brilhante exposição do professor Francisco Carlos Teixeira da Silva. O segundo dia iniciou-se com uma palestra sobre conjuntura nacional, apresentada por Ricardo Luiz Chagas Amorim, economista do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Os períodos restantes foram dedicados às deliberações congressuais, aprovação de moções e resoluções.

O CONATEE Extraordinário marcou também o lançamento desta Revista CONTEÚDO. Na ocasião, a Secretária de Comunicação Social da entidade, Maria Clotilde Lemos Petta, apresentou a publicação, ressaltado os desafios enfrentados no sentido de qualificar e ampliar os instrumentos de comunicação da CONTEE. “Percebemos que seria o momento de dar mais um salto de qualidade. A Revista foi criada para registrar historicamente as atividades, lutas, conquistas e formulações da Confederação e das nossas entidades de base”, ressaltou. Na sequência, os delegados e delegadas foram surpreendidos com uma serenata feita pelo grupo paulista “Trovadores Urbanos”, que marcou o lançamento da CONTEÚDO com muita emoção e deu também boas vindas aos participantes do Congresso.

Em nosso Portal na internet (www.contee.org.br) é possível acessar o conteúdo completo das palestras e debates do CONATEE Extraordinário, disponíveis em vídeo.

Participação ativa na comissão organizadora da CONAE

A participação da CONTEE nas instâncias deliberativas e de construção de políticas públicas tem se ampliado a cada ano. Em 2008, a entidade passou a compor também a Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Educação (CONAE), a ser realizada de 23 a 27 de abril de 2010, em Brasília (DF). O Fórum será precedido de Conferências Municipais e Estaduais, programadas para o primeiro e o segundo semestres de 2009, respectivamente.

A Comissão é composta por 35 membros, incumbidos das tarefas de coordenar, promover e monitorar o desenvolvimento da CONAE, e integrada por entidades de todas as áreas da educação, da comunidade científica, movimentos sociais, centrais sindicais e empresários. A CONTEE é representada por seu Secretário de Assuntos Educacionais, José Thadeu de Almeida, tendo como



Ascom MEC

Posse da Comissão organizadora da CONAE

suplente a Secretária Geral da entidade, Cristina Castro. A entidade trabalha ainda na sub-comissão de sistematização da atividade, onde contribui na articulação e elaboração do documento-base a ser utilizado como referência para a condução dos debates, além da formulação dos eixos e colóquios que farão parte da CONAE.

Audiência com Ministro Fernando Haddad



Arquivo CONTEE

Dirigentes da CONTEE em audiência com o Ministro Haddad

Seguindo o esforço de estreitar as relações da entidade com as instâncias de decisão da Nação brasileira, a CONTEE foi recebida, em 17 de novembro, em audiência com o Ministro da Educação, Fernando Haddad. Na ocasião, foi firmado o compromisso de criar novos espaços de interlocução entre a CONTEE e o MEC, tratados temas relacionados à educação e de interesse da Confederação e suas entidades filiadas e entregues ao Ministro materiais da Campanha “Educação Não É Mercadoria”, bem como a primeira edição da Revista CONTEÚDO. Haddad demonstrou grande receptividade às informações apresentadas.

Entre os dirigentes presentes: a Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto; a Secretária Geral, Cristina Castro; o Secretário de Assuntos Educacionais, José Thadeu de Almeida; e o Secretário de Organização e Políticas Sindicais, Fábio Eduardo Zambon.

Minas Gerais recebeu o III Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos

Arquivo CONTEE



Participantes do Encontro, em Minas Gerais

Repetindo o sucesso da sua última edição, a CONTEE realizou, nos dias 28 e 29 de novembro, seu III Encontro Nacional dos Trabalhadores Técnicos e Administrativos. Desta vez, foi a cidade de Belo Horizonte (MG) que recebeu os participantes do encontro, na sede do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar do Estado de Minas Gerais (SAAE – MG). A atividade foi elaborada pela Secretaria de Organização e Políticas Sindicais, com contribuição da Secretaria Geral da Confederação, e coordenada pelo diretor da Olmir Paludo. Representantes de 11 entidades (SAAE-ES, SAAE-CAXIAS DO SUL E REGIÃO, SINAAE-JF, SINTEEPE-PE, SAAE-MG, SAAE-SÃO LEOPOLDO, FITEE, SINPEEP-NOROESTE-RS, SAEP-DF, SINTAE-RS, SINTERP- MA) marcaram presença no encontro.

Durante a atividade, foram debatidos temas de conjuntura nacional, educacional e econômica, saúde e identidade profissional – este último apresentado pelo Secretário de Finanças da CONTEE, José Roberto Torres Machado. Os participantes discutiram ainda a importância da profissionalização no processo de planejamento e organização das campanhas de sindicalização e trataram da reforma sindical e sustentação financeira das entidades. Ao final, a atuação da categoria nas ações e atividades da CONTEE também entrou em discussão e as indicações apresentadas foram posteriormente encaminhadas à direção da Confederação.

Arquivo CONTEE



Diretores da CONTEE na V Marcha dos Trabalhadores

CONTEE na Marcha dos Trabalhadores

Representantes da diretoria da CONTEE participaram da 5ª Marcha da Classe Trabalhadora e levaram as bandeiras de luta dos trabalhadores do setor privado de ensino para a pauta da manifestação. A entidade também prestou seu apoio às demais reivindicações propostas na Marcha, que reuniu mais de 35 mil pessoas em Brasília, no dia 3 de dezembro, e teve como tema: “Desenvolvimento com valorização do trabalho”.

Luta contra ofensiva da ANDES

Arquivo CONTEE



Coordenadora geral da CONTEE durante audiência na Comissão do Trabalho

No final de 2009, a CONTEE veio a público para mais uma vez desmentir as informações incorretas que vêm sendo divulgadas pela ANDES (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) sobre as razões que levaram à suspensão do registro sindical da referida entidade. Para isso, diretores da CONTEE estiveram, no dia 3 de dezembro, em reunião da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) da Câmara dos Deputados.

O presidente da Comissão, Dep. Pedro Fernandes (PTB/MA), manifestou contentamento ao receber os sindicalistas e deu a palavra à Coordenadora geral da CONTEE, Madalena Guasco Peixoto, para prestar os devidos esclarecimentos. A dirigente esclareceu que a ANDES teve seu registro sindical suspenso por determinação do Ministério do Trabalho em reconhecimento oficial à sua ilegalidade, uma vez que desrespeitava

a legislação brasileira e o princípio da unicidade sindical ao pleitear a representação sindical de uma categoria (professores do ensino superior privado) que já possui tal representação legal e legítima.

Madalena explicou, portanto, que a suspensão do registro da ANDES é totalmente correta, uma vez que a representatividade dos professores do ensino superior privado é incontestavelmente garantida à CONTEE e suas entidades filiadas, que há décadas obtêm reconhecimento legal nas convenções coletivas firmadas com os sindicatos patronais e nas diferentes ações acolhidas pela Justiça do Trabalho.

Na mesma ocasião, a Confederação divulgou nota oficial de esclarecimento, na qual estão relatados maiores detalhes sobre a questão. O documento pode ser acessado no Portal da entidade na internet (www.contee.org.br).

CONTEE no FME e FSM

Já no início de 2009, a Confederação marcou presença nas atividades do VI Fórum Mundial de Educação e do IX Fórum Social Mundial, ambos realizados em Belém do Pará, entre os dias 26 de janeiro e 1º de fevereiro. Representantes da direção da entidade acompanharam as atividades e participaram de diversas mesas de debate durante os encontros.

No FME, a diretora da CONTEE, Celina Arêas, coordenou a mesa: “Educação, Diálogo e Utopia: Identidades e culturalidades”, da qual participaram o professor Carlos Rodrigues Brandão (Unicamp); Cristina Vargas (MST) e Rosane Fernandes (representante dos povos indígenas). Na oportunidade, Celina apresentou a Campanha “Educação Não é Mercadoria” e exibiu aos presentes o vídeo institucional criado pela entidade, que repudia o processo de mercantilização e desnacionalização da educação brasileira. “Devemos nos unir e lutar para que a Organização Mundial do Comércio (OMC) não defina a educação como servi-

ço a ser comercializado”, afirmou a dirigente.

Já durante o FSM, o Seminário “Educação Não é Mercadoria” da CONTEE transformou-se em um momento marcante. Cerca de 230 pessoas prestigiaram a apresentação da Confederação, que precisou ser dividida em duas edições para que todos os interessados pudessem acompanhar. Os diretores presentes, entre eles: Wilson Sodré; Reginaldo Alberto Meloni; Cristina Castro, Francisco Perez Levy; Ailton Fernandes; Nara Teixeira de Souza; Adercia Hostin; Celina Arêas e Paulo Roberto Yamaçake; ouviram diversos depoimentos e responderam aos questionamentos da plenária, em um amplo debate que finalizou a atividade. No último dia do FSM, os representantes da CONTEE participaram ainda da Assembleia da Educação, na qual foi proposto que o Fórum se torne um instrumento de articulação das várias iniciativas das entidades no sentido de barrar o processo de desnacionalização da educação.

Apoio às vítimas das enchentes em Santa Catarina

Encerrando um ano de muitas lutas e atividades e diante da tragédia que se abateu sobre o Estado de Santa Catarina, em função das enchentes que devastaram cidades e deixaram mortos e milhares de desabrigados, a CONTEE, em parceria com o Sinpro Itajaí e Região, criou uma Campanha, intitulada: “Dê uma aula de solidariedade”, para obtenção de doativos para a reconstrução dos locais mais atingidos. Na ocasião, a CONTEE manifestou sua solidariedade, somando-se aos companheiros na luta pela reconstrução das áreas afetadas e dando apoio ao povo catarinense. A diretoria da entidade deliberou ainda a doação de R\$50 mil para a aquisição dos produtos de imediata necessidade, como alimentos, material de limpeza e higiene e outros.

Arquivo CONTEE



No FSM: Acima, Seminário “Educação Não é Mercadoria”.
Abaixo, diretores da CONTEE em frente à sede do Sinpro-PA

Emancipação da Mulher

“A educação é um elemento chave”

O papel da educação no enfrentamento das questões de gênero no Brasil foi um dos temas discutidos durante a entrevista exclusiva com a Ministra Nilcéa Freire da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Ela falou ainda sobre os impactos da Lei Maria da Penha, descriminalização do aborto, ampliação da licença maternidade e muito mais.



As pesquisas mostram um significativo aumento da escolaridade entre as mulheres no Brasil. Qual a importância disso?

Nilcéa Freire – Isso tem uma importância imensa, porque propicia não só que nós tenhamos uma massa crítica de mulheres, que passa a pressionar o mercado de trabalho do ponto de vista da ocupação de cargos, de postos e de decisão, como também amplia a consciência da mulher sobre seu próprio papel na sociedade.

A mulher tem uma diferença de um ponto e meio percentual na frente dos homens na média de anos de estudo. É claro que isso se explica também pela própria desigualdade de gênero. Os papéis classicamente definidos para homens e mulheres na sociedade, empurram os homens mais precocemente para o mercado de trabalho. O que permite que as mulheres permaneçam mais tempo na escola.

Por outro lado, há uma consciência cada vez maior das mulheres de que para que elas possam disputar o mercado de trabalho não basta serem iguais, têm que ser melhores que o candidato homem que está concorrendo com elas. Elas sabem que precisam ter uma qualificação superior para

“ou a sociedade como um todo arca com responsabilidade pela manutenção da vida ou vamos chegar a um momento de estrangulamento do próprio processo de reprodução humana.”



Fotos: Agnaldo Azevedo

poderem disputar em igualdade de condições. A educação tem sido um elemento chave no próprio processo de discussão da autonomia e da emancipação das mulheres.

Ainda assim, a baixa escolaridade é uma das características das mulheres que procuram o Centro de Atendimento à Mulher para relatarem casos de violência. Qual o papel da educação no enfrentamento dessa questão?

Nilcéa Freire – O perfil da usuária dos serviços públicos de atendimento à mulher vítima de violência, em geral, é da mulher que tem o ensino fundamental completo ou incompleto, na faixa etária de 20 a 40 anos. Não podemos dizer que esse é o perfil da mulher que sofre violência, mas é o perfil da que busca o serviço público. As mulheres de classe média, média alta, certamente têm outros recursos e talvez busquem outras alternativas. No caso da violência contra a mulher, não importa a escolaridade, tanto da mulher quanto do agressor, ela acontece de uma maneira mais ou menos disseminada na sociedade.

O que muda é o recurso para romper com o

ciclo da violência. Dizemos é que a violência, de certa maneira, é “democrática”, mas a possibilidade que se tem para romper com o ciclo da violência é diferenciada, dependendo da sua origem de classe, seu grau de instrução, autonomia, situação financeira. Evidentemente, a questão da autonomia pessoal está muito vinculada à educação e à possibilidade de economicamente se sustentar, se prover. A educação é importante como um elemento de desconstrução dos padrões culturais existentes na sociedade hoje. Ela joga um papel fundamental ou para manter e reforçar os estereótipos ou

“A educação não pode estar descolada

para desconstruí-los, dependendo de qual é o seu projeto. A educação não pode estar descolada de um projeto geral de sociedade.

Qual é o impacto da Lei Maria da Penha na vida das mulheres brasileiras?

Nilcéa Freire – A violência contra a mulher no Brasil tem uma história antes da Lei Maria da Penha e outra depois. O impacto maior foi no imaginário social, ao cessar a sensação de impunidade da violência contra a mulher. Foi uma mudança da água para o vinho. Isso significa que a sociedade passa a ver a questão não como um problema que tem que ser resolvido dentro de casa, mas como um problema da sociedade brasileira, que tem implicações na estruturação das famílias, no desempenho escolar das crianças, impacto na economia, no PIB nacional. A violência contra a mulher é uma das maiores causas de absenteísmo das mulheres ao trabalho, por exemplo.

A segunda questão é que a Lei Maria da Penha determina que os estados brasileiros criem mecanismos para coibir a violência contra a mulher. Então, a sociedade também passou a ter um instrumento para cobrar dos próprios governos a criação das redes de serviço, centros de atendimento, delegacias. Ela beneficia a cidadania brasileira com esse instrumento de cobrança e controle social.

O terceiro impacto é abrir a discussão sobre a questão do próprio acesso à justiça e qual é o olhar que

o judiciário tem sobre as relações de gêneros na sociedade brasileira e sobre a violência contra a mulher. Foi um sacode geral!

Qual a importância do debate sobre a descriminalização do aborto?

Nilcéa Freire –

Essa discussão tem que ser enfrentada. Não dá mais para no terceiro milênio a sociedade brasileira simplesmente não discutir o aborto. Tem sido muito difícil fazer isso sem um viés preconceituoso. Sem que ela esteja fundada nas questões de natureza religiosa, das convicções pessoais e fazer essa discussão no campo em que ela tem que ser feita: do Direito e da saúde pública.

Agora, por que essa questão provo-

“A violência é uma das maiores causas de absenteísmo das mulheres ao trabalho”



de um projeto geral de sociedade.”

ca uma discussão tão apaixonada? No nosso entendimento, ela tem um conteúdo simbólico enorme sobre quem deve controlar e quem tem direito de interferir no corpo e no sistema reprodutivo das mulheres. Quem tem o poder sobre isso? A sociedade, o Estado, as próprias mulheres, as igrejas? Por isso, todo o movimento feminista batalha para que essa discussão nunca saia de pauta.

O código penal fala em pena de detenção de até três anos. A maioria das pessoas não sabe disso. Não devemos questionar sobre ser ou não a favor do aborto. Precisamos fazer a seguinte pergunta: a sociedade brasileira é a favor ou contra que uma mulher possa ser presa até três anos porque praticou um aborto? À luz do Direito talvez a gente ainda tenha que discutir o anacronismo ou a inaplicabilidade de uma lei como essa.

No ano passado foi aprovada a extensão da licença maternidade para

seis meses. Qual a importância dessa medida e por quê?

Nilcéa Freire— Nossa avaliação sobre a ampliação da licença maternidade para seis meses é muito positiva. Primeiro, por garantir nesses seis primeiros meses de vida do bebê um vínculo com a mãe, que é absolutamente essencial. A segunda questão, menos visível e menos discutida, é a possibilidade de discutir com a sociedade brasileira que não só as mulheres devem ser responsáveis pela reprodução e a manutenção da vida. Ou a sociedade como um todo arca com os custos e com a responsabilidade sobre isso ou nós vamos chegar a um momento de impasse, de estrangulamento do próprio processo de reprodução humana. A taxa de fecundidade no Brasil já atingiu um nível um pouco abaixo do de reposição da população. Isso significa que a população brasileira daqui alguns anos começa a decair. Para um País na dimensão do nosso, isso não faz sentido.

As mulheres hoje estão no mercado de trabalho, são economicamente ativas, tanto quanto os homens, e não podem ser as únicas responsáveis pela reprodução do viver. Então, a sociedade toda, homens e mulheres, as empresas, o governo, cada um tem que fazer a sua parte para a sustentabilidade da vida. Essa perspectiva de licença maternidade de seis meses é um primeiro passo para que a gente possa abrir essa discussão.

Além disso, acho muito importante que essa questão seja assumida nos processos de discussão dos contratos coletivos, das negociações entre empregadores e empregados, e que estejam incluídas na pauta de reivindicações.

Nós temos um programa que é o “Pró-equidade de Gênero” que confere um selo, uma distinção, a empresas e instituições que adotam no seu modelo de gestão a prática da igualdade de oportunidade e tratamento entre homens e mulheres. E alguns sindicatos já puseram em sua pauta de negociação o ingresso da empresa neste programa. Isso é um avanço importantíssimo.

A CONTEE integra hoje o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Qual é o principal papel do Conselho na formulação e aprimoramento das políticas públicas de gênero?

Nilcéa Freire —

Após um processo de discussão bastante amplo, nós mudamos a forma de escolha das entidades da sociedade civil que participam do Conselho. Nessa mudança, a CONTEE foi uma das entidades selecionadas para participar desse biênio (2008/2010). O Conselho é hoje bastante heterogêneo do ponto de vista da representação e isso nos permite acreditar e colocar muita expectativa numa atuação bastante pró-ativa. Não só para dentro da Secretaria e do Governo Federal, mas também transbordando para toda a sociedade, numa rede de controle social e participação popular para a definição e o monitoramento das políticas públicas que possam beneficiar a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. ●



A crise econômica mundial ronda os lares dos trabalhadores brasileiros com a ameaça da flexibilização de direitos e desemprego. Na educação, muitas instituições estão usando a crise como desculpa para negar reajustes e arrochar os salários. Mas o que a reportagem de CONTEÚDO apurou é que o setor educacional continua economicamente forte e não há motivos para pânico.

Nem tudo é culpa da crise

O mundo está diante da maior crise econômica desde a depressão de 1929. As notícias, más notícias, não param de chegar dos países ricos, onde a crise explodiu. Redução de crédito, retração da produção e desemprego. Os recursos injetados pelos governos mundo afora para salvar instituições financeiras e empresas já somam mais de 2 trilhões de dólares.

Analistas políticos e econômicos têm tido muito trabalho para avaliar os motivos para tamanho colapso. A maioria aponta os desequilíbrios causados pelo modelo neoliberal, que levou ao limite da irresponsabilidade a diretriz da desregulamentação, desproteção e supremacia do mercado sobre todas as instituições sociais. Uma coisa é unânime, ainda não se sabe a extensão dos danos que a crise trará.

O Brasil, diferentemente do que aconteceu em outros períodos, está em melhores condições para enfrentar esse período de turbulência. “Ao contrário de várias situações de crise nos anos 1980 e 1990, ou mesmo nos anos 1930, a economia brasileira conta com

uma situação macroeconômica mais sólida e perspectivas mais concretas de inclusão social”, aponta estudo do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômicas e Aplicadas sobre a crise mundial e possíveis repercussões, publicado no último mês de janeiro.

Estar mais forte não pressupõe imunidade e o estudo do Ipea aponta que haverá uma onda de demissões e retração da economia. As projeções para o Produto Interno Bruto – PIB de 2009 que eram da ordem de 5% caíram para a casa dos

2%, alguns arriscam índices ainda menores. Mas, não há sinais de recessão.

O fantasma do desemprego

Se a crise é grave, pior é a postura de vários setores da sociedade que estão se aproveitando desse cenário para gerar insegurança, ameaçando os trabalhadores com redução de salários, o fantasma do desemprego, flexibilização e retirada de direitos, como aponta o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira. “O segmento patronal está se aproveitando da crise para dificultar e criar obstáculos para a negociação tanto no que diz respeito aos salários quanto com relação a outras conquistas e direitos dos trabalhadores. Não se justifica que um segmento em que a crise não chegou ou chegou com pouca força não conceda aumento real de salário e outros pleitos que os trabalhadores estão reivindicando”, alerta.

Isso está ocorrendo em várias cidades brasileiras no setor educacional. Algumas instituições privadas reduziram a carga horária de professores e estão impondo dificuldades nas negociações salariais, negando reajustes ou propondo índices muito inferiores à inflação acumulada no período. “Os trabalhadores e as entidades sindicais estão pressionados e isso, claro, acaba fazendo com que os sindicatos fechem acordos que, olhando a situação da empresa, não se justificariam”, explica Oliveira.

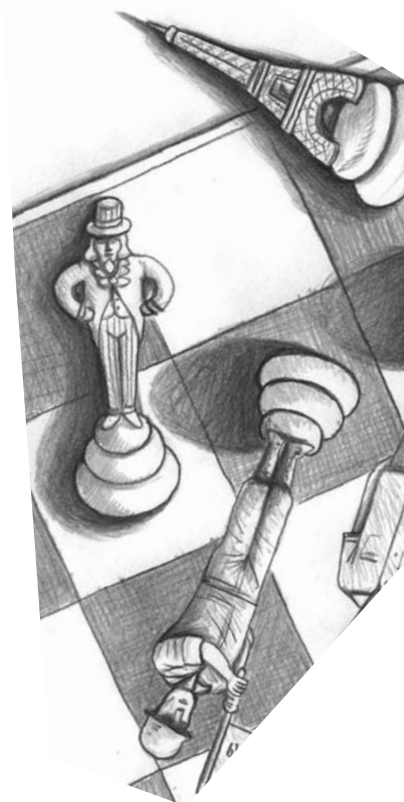
É preciso estar atentos e mobilizados para evitar que isso aconteça, salienta o coordenador do Dieese. Por isso, “os trabalhadores, através de suas entidades representativas e, sobretudo, as centrais sindicais precisam pressionar o governo para que tome medidas para fazer com que a crise afete o menos possível a sociedade e, especialmente, os trabalhadores”.

Para o deputado federal Carlos Abicalil (PT-MT), essas medidas já estão em curso, uma vez que o País “está com expansão da renda – os dados do início deste ano confirmam isso –, estão preservadas as condições de crédito com políticas de isenção tributária para

incentivar a produção. As facilidades para expansão da renda da população estão mantidas e a inflação está sob controle”. Além disso, vale ressaltar a redução do superávit primário que em 2008 foi de 4,56% e nesse ano ficará na faixa de 3%; a ampliação do salário desemprego; linhas de crédito direto, financiadas pela Caixa Econômica Federal; e reajuste do salário mínimo.

Ao olhar para o setor educacional privado, Abicalil avalia que “não há justificativa, nem mesmo usando o fantasma da crise como um argumento, para ampliar os lucros das instituições que têm as características de serem particulares stricto sensu”.

Com relação ao desemprego, Abicalil afirma que demissões no setor educacional seriam uma atitude “rigorosamente antipatriótica” por parte dos empresários, uma vez que o cenário não justificaria essa medida e, também, porque não condiz com a situação econômica das instituições privadas, “que são fortemente lucrativas no seu conjunto. A taxa de retorno médio dos investimentos dessas instituições de educação superam a taxa básica de juro – a Selic. É um empreendimento lucrativo,



mesmo nas instituições que não têm as características de serem particulares stricto sensu”.

Nem tudo é culpa da crise

O setor privado vive uma de reacomodação do seu desenho, em função do processo desenfreado de expansão que ocorreu na década de 90, especialmente durante no governo Fernando Henrique Cardoso. “Hoje já existe, independentemente da crise, uma ociosidade de vagas na rede particular de ensino superior. Não é um problema que a crise tenha criado, é anterior”, reforça Abicalil.

Dados da expansão do setor privado em São Paulo mostram que a oferta de vagas cresceu acima da demanda, gerando um excedente. Segundo dados do IBGE, o número de escolas particulares cresceu 135,8% no estado (de 2.564 para 6.047), entre 1996 e 2003. No mesmo período, a quantidade de alunos nessas instituições subiu apenas 14,8% (de 1,133 milhão para 1,301 milhão). Entre 2002 e 2003, o número de escolas particulares cresceu 6,52%, enquanto a quantidade de alunos aumentou 1,88% - seguindo a tendência registrada nos últimos sete anos.

É preciso considerar também que nos últimos anos deu-se uma expansão consistente do investimento no ensino superior público. “Nós estamos com 100% de acréscimo de matrículas nas Instituições Federais frente a 2003. Quer dizer, nesses 6 anos, duplicamos a

oferta, lembrando-se de que, além da expansão nas Instituições Federais tipicamente universitárias, há também a expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, que têm matrículas de nível superior, tanto de graduação quanto pós-graduação”, lembra o deputado Carlos Abicalil.

Diante desse quadro de retração das matrículas, algumas instituições privadas encontraram na crise uma oportunidade para requerer recursos do governo federal, de forma a não precisar reduzir suas margens de lucratividade. Uma reportagem publicada pelo jornal Folha de São Paulo (dia 26/02) mostrou que o Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular solicitou ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – a criação uma linha especial de crédito para as instituições privadas. Para o deputado Carlos Abicalil a medida é inoportuna. Ele lembra que boa parte dessas instituições “ganharam renegociação de suas dívidas trabalhistas, particularmente com a Previdência Social. Portanto já vem gozando de benefícios e incentivos do Estado brasileiro”. Além



disso, para o parlamentar, o aumento de incentivo deve existir, mas na forma de ampliação dos recursos destinados ao estudante, como por exemplo, ampliação do Fies.

Educação na bolsa de valores

No último período, o processo de mercantilização da educação se agudizou com a compra de instituições nacionais por grupos de investimentos estrangeiros e com o ingresso das empresas de educação na Bolsa de Valores. E, em certos casos, segundo Abicalil, “algumas instituições (estão) se transformando em meros gerentes de ações, saltando da atividade de prestadora de serviço educacional à condição de gerenciadora de capital”.

“Esse processo, sim, sofrerá algum tipo de reversão, tendo em vista que a ciranda financeira que alimentava tal movimento hoje tem um interdito, que restringe a participação nesse cenário de transformar as instituições educacionais em agentes de especulação financeira. E isso pode

ser afirmativo para aquilo que é próprio da atividade educativa, porque pode alterar positivamente o foco dessas organizações para a sua atividade finalística, que é o serviço educacional”, argumenta Abicalil. Ou seja, se for possível pensar em algum impacto positivo de toda essa crise, este poderia ser um, na opinião do deputado. Uma vez que, nesse quesito, a crise pode abrir uma oportunidade para conter a mercantilização.

Na Bolsa de Valores de São Paulo, o valor das ações dos conglomerados educacionais vem caindo desde o início da crise. A Universidade Anhanguera, que em dezembro de 2007 tinha seus papéis valendo R\$ 38,00, teve ações negociadas a R\$ 16,66 em dia 31 de outubro de 2008 – menos de dez meses depois. A Kroton também viu os valores despencarem de R\$ 37,50 para R\$ 8,40 em um ano. No caso da Estácio de Sá, as ações lançadas em julho de 2008 no valor de R\$ 21,70 caíram para R\$ 13,52 em 31 de outubro. Tais dados não podem ser vistos isoladamente, pois, como frisou o deputado Abicalil, as instituições privadas têm muita gordura para queimar.

Ampliar os investimentos públicos

Para enfrentar a crise é necessário ampliar os investimentos públicos em todos os setores da economia e na educação não pode ser diferente. Segundo declarações do Ministro da Educação, Fernando Haddad, o governo federal vai ampliar os recursos para o setor em 2009, com verbas para o programa de expansão dos institutos técnicos e de ensino superior. “Temos a palavra do presidente da República de que não vão parar os investimentos em educação. Nosso plano de obras é muito audacioso, mas também gera emprego. Para fazer um ônibus escolar, por exemplo, você tem que contratar metalúrgico para a linha de montagem”, declarou Haddad em entrevista à Agência Brasil. “O orçamento aprovado para o setor em 2009 é de R\$ 48 bilhões, maior investimento já feito em educação na história do País”, destacou Haddad. ●



Educação na pauta **Positiva**

Veja aqui as principais conquistas na área da educação alcançadas no último período que merecem maior destaque:

Avança a aplicação do SINAES

A implementação completa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) está próxima. Ao longo do ano, uma importante etapa do processo será finalmente colocada em prática: as avaliações externas das Instituições de Ensino Superior. Em 2008, a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) preparou um novo instrumento para orientar a capacitação, já finalizada, dos especialistas responsáveis pelas visitas de avaliação. A proposta agora é iniciar o trabalho pelas universidades, tanto públicas quanto privadas, a partir da análise de quesitos como infraestrutura, gestão e corpo docente. A avaliação externa é o passo seguinte à auto-avaliação das instituições.

Além disso, está em discussão, com grandes chances de aprovação, a universalização do Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), que promete contribuir para qualificar ainda mais as avaliações. Originalmente aplicada por sistema de amostragem, a prova deverá ser realizada pela totalidade dos estudantes de nível superior – iniciantes e concluintes. Reconhecendo o esforço do Ministério da Educação na definitiva implementação do Sinaes, a União Nacional dos Estudantes retirou a instrução de boicote ao Enade.

Cresce o investimento em educação

O investimento público em educação no Brasil apresentou relativo crescimento. Subiu de 3,9%, em 2004, para 4,4% do PIB, em 2006 – como divulgou recentemente o Ministério da Educação. A ampliação das verbas no setor é sempre um motivo de comemoração, ainda que os indicadores educacionais apresentem resultados insatisfatórios para o País.

Segundo o Ministro da Educação, Fernando Haddad, o país não pode se conformar com esse nível de investimento. “Neste sentido, o PDE deve agregar investimento em educação, como contrapartida federal, mas Estados e Municípios também precisam participar deste mesmo esforço para que possamos chegar a um patamar de sustentabilidade da reforma educacional”, acredita Haddad. Ele defende que a ampliação do percentual de investimento em educação deva atingir 6% do PIB.

Convocada Conferência em 2010

O Ministério da Educação convocou para abril de 2010 a primeira Conferência Nacional de Educação da história do País a reunir, em caráter oficial, representantes de todos os segmentos e modalidades de ensino – da educação infantil à Pós Graduação. O objetivo anunciado pelo poder público é fazer com que toda a sociedade participe do desenvolvimento da educação nacional, apontando diretrizes para a formulação das políticas públicas educacionais a serem implantadas no Brasil a partir de 2011.

O processo de preparação para a CONAE já começou e se estenderá por todo o ano de 2009, entre atividades municipais, intermunicipais e estaduais. As propostas resultantes desses encontros preparatórios serão encaminhadas à etapa nacional, que tem como tema central: “Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação: Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação”.

Os desafios do setor educacional são grandes e variados. Entre eles, destacamos um aspecto negativo, em especial, que exigirá atenção redobrada:

Desafios para a noSSa luta

Crise financeira ameaça trabalhadores e a educação

Após anos e anos da mais abusiva especulação do capital, o mundo enfrenta uma séria crise financeira que, inevitavelmente, atingirá os trabalhadores brasileiros. Certos de que o momento será complicado e de que será necessária a resistência, as entidades de educação se preparam para enfrentar as adversidades. As propostas de flexibilização de direitos tendem a ser recorrentes e é preciso garantir que não haja nenhum retrocesso neste sentido.

Além disso, a previsão orçamentária e as verbas para a educação e demais políticas sociais não podem ser afetadas. O combate à crise precisa ser feito mediante a estabilização e o crescimento do País, garantindo ao trabalhador condições de vida e trabalho dignos.



Para afinar o instrumento

Conheça as principais dúvidas dos professores sobre os cuidados com a voz, veja como reconhecer possíveis problemas e saiba como evitá-los – mantendo seu instrumento de trabalho sempre afinado e saudável.

Além de tintas e pincéis, as mãos são as mais importantes ferramentas de trabalho de um pintor. Elas traduzem seu universo criativo em cores e formas. Um fotógrafo precisa de boas lentes para registrar as inúmeras paisagens, mas são os olhos e, sobretudo, o olhar os responsáveis por captar a essência de uma imagem. Com o professor acontece algo parecido, só que com a voz. É ela que dá forma aos pensamentos e transmite aos seus alunos o conhecimento. A voz é seu instrumento de trabalho e, portanto, merece todo o carinho e precisa ser preparada e afinada com todo o cuidado.

Mas não é isso que acontece em geral. Problemas vocais são recorrentes em trabalhadores que utilizam a voz profissionalmente, como vendedores, cantores, atrizes e professores, e causam incomodo e preocupação. Para evitar que isso aconteça é necessário ter atenção. Alguns cuidados e dicas simples podem ajudar e muito

a manter a voz sempre saudável.

Segundo a fonoaudióloga do Sinpro-SP, Fabiana Zambon, as principais queixas dos professores são: dor ou incômodo na garganta, pigarro, cansaço vocal, variação de voz durante o dia de trabalho e rouquidão. “Muitos profissionais trabalham em condições que favorecem uma alteração vocal, como salas de aula ruidosas, com muitos alunos, sem microfone, durante muitas

horas por dia, e levam muito trabalho para casa. O que faz com que tenham pouco tempo de descanso”, explica.

Entretanto, alguns sintomas podem ser prevenidos. Para isso, segundo a fonoaudióloga, o primeiro passo é que o professor perceba mais a sua voz, tenha consciência dos momentos em que pode poupá-la, falando mais baixo e suave. É importante ainda que descanse a voz depois de uma aula muito desgastante e perceba os hábitos que podem prejudicar ou favorecer a saúde vocal. Além de beber pequenos goles de água ao longo das aulas.

Outra dica importante é não deixar para buscar a orientação de um profissional, médico otorrinolaringologista e/ou fonoaudiólogo, somente ao sentir algum sintoma ou alteração vocal. A prevenção é uma ótima iniciativa, que irá garantir a saúde vocal e a longevidade da carreira.

Veja algumas dúvidas sobre a voz e boas dicas para saber afinar este fundamental instrumento de trabalho:

Como saber se eu tenho problema de voz?

Se sua voz modificou-se nos últimos tempos, se você percebe que a voz nas férias é muito melhor que durante o período letivo, se você faz força para falar, se ao final do dia sua voz está fraca, rouca e/ou cansada, se você teve que mudar seu estilo de aula por causa da voz, se você está falando menos, se sente algum incômodo ao falar ou se os outros perguntam o que está acontecendo com a sua voz, é possível que você esteja com algum problema que mereça ser investigado com a devida atenção.

É normal ter dor quando falo demais?

Falar não deve produzir dor. Contudo, em algumas situações, quando se fala por um longo tempo ou em condições adversas (muito ruído de fundo ou muita gente) pode-se sentir o pescoço, a região da garganta e a boca doloridos, o que deve passar em um ou dois dias. Caso esses sintomas persistirem, busque auxílio. Uma voz produzida corretamente não gera desconforto e nem dor.



“Muitos profissionais trabalham em condições que favorecem uma alteração vocal, como salas de aula ruidosas, com muitos alunos, sem microfone, durante muitas horas por dia”.

Existe relação entre estresse, tensão e voz?

Sim. O estresse consome as energias e pode exaurir a voz. Uma voz tensa pode ser menos resistente quando se tem que falar por muito tempo. Tensão psicológica ou física são facilmente transferidas aos músculos responsáveis pela produção da voz, o que é muitas vezes percebido pelo ouvinte. Se a situação de trabalho for muito tensa, você pode aprender a controlar o impacto do estresse e da tensão na voz, o que exige treinamento. Uma voz tensa geralmente soa mais aguda (fina), com esforço percebido pelo ouvinte, podendo ser considerada desagradável e dar a impressão que se trata de uma pessoa nervosa ou ríspida. ◐

Fonte: Cartilha “Bem-estar vocal – uma nova perspectiva de cuidar da voz”, uma publicação do Sindicato dos Professores de São Paulo (SINPRO-SP) em parceria com o Centro de Estudos da Voz (CEV) – Autoras: Fabiana Zambon e Mara Behlau

Hábitos Prejudiciais

Gritar. Evitar correr com ruídos que acarretem um aumento na intensidade vocal (carros, aviões, retro-projetor, ventilador, entre outros).

Sussurrar. Essa ação força as pregas vocais.

Pigarrear. Essa ação causa um forte atrito na pregas vocais, irritando-as.

Falar de lado ou de costas. A tendência é que isso faça aumentar a intensidade vocal.

Falar enquanto escreve na lousa. Isso faz aumentar a intensidade da voz e ainda aspirar o pó de giz.

Chupar uma bala forte quando estiver com a garganta irritada. Isso mascara o sintoma e acaba forçando a voz sem perceber. Quando o efeito da bala passa a irritação na garganta aumenta.

Usar roupas pesadas e que apertem a região do pescoço e abdômen.

Hábitos Saudáveis

Beber regularmente água em temperatura ambiente, em pequenos goles, durante as aulas. A água hidrata as pregas vocais.

Articular bem as palavras.

Evitar o contato direto com o pó de giz. Quando for apagar a lousa afaste o rosto e evite espalhar o pó, usando o apagador sempre de cima para baixo.

Manter uma alimentação saudável e regular. Evite alimentos “pesados”.

Evitar o café, bebidas gasosas e o cigarro. Eles irritam a laringe. Além disso, o cigarro aumenta a chance de câncer de laringe e pulmão.

Comer maçã. Ela tem propriedades adstringentes que limpam as cavidades de ressonância. Além disso, a sua mastigação exercita a musculatura responsável pela articulação das palavras.

Ao acordar, espreguiçar e fazer alongamentos.

Deixar a água quente cair nos ombros, durante o banho, fazendo leves movimentos de rotação com a cabeça e ombros. Isso ajuda a diminuir a tensão do dia-a-dia.

Utilizar recursos que aumentem a participação dos alunos e ajudem a poupar a voz.

Utilizar alguns intervalos para descansar a sua voz.

Fonte: Fabiana Zambon (fonoaudióloga)



Comercializar estudantes é crime

contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br



contee

Confederação Nacional dos Trabalhadores
em Estabelecimentos de Ensino
www.contee.org.br